

António Dias Farinha

**OS PORTUGUESES
EM MARROCOS**

Instituto Camões
Colecção Lazúli
1999

Ficha Técnica

Título: Os Portugueses em Marrocos
Autor: António Dias Farinha
Tradutor: Badr Younis Youssef Hassanein
Concepção Gráfica da Colecção: Mário Caeiro
Na Capa: Gebbs tradicional islâmico,
técnica de excisão
Criação: Arq. José Alegria
Execução: Atelier Darquiterra
Edição: Instituto Camões
Impressão e Acabamento: IAG-Artes Gráficas
Depósito Legal: n.º 144844/99
ISBN: n.º 972-566-206-7

I. O INTERESSE PELO NORTE DE ÁFRICA

A conquista de Ceuta, chave do estreito de Gibraltar e da expansão para a África do Norte, visava a afirmação da dinastia de Avis, consolidar a independência portuguesa no contexto peninsular e criar um espaço de valorização económica e social aos Portugueses.

A presença lusitana em Marrocos alargou-se quando, no princípio do século XVI, D. Manuel I senhoreou vastas áreas de mouros de pazes. A Igreja apoiou a guerra porque a África já tinha sido cristã e por desejo missionário pregado pelos Franciscanos e Dominicanos.

Ao conseguir a independência portuguesa perante Castela, a dinastia de Avis procurou alargar as fronteiras do Reino para criar um novo padrão de segurança ao território luso e um horizonte de afirmação política e de expansão económica e social aos Portugueses. A grandeza dos recursos utilizados e embarcados em 1415, o cuidado posto na preparação da empresa que se iniciou cerca de seis anos antes e, sobretudo, a qualidade das pessoas que tomaram parte na expedição, entre as quais figuravam o Rei, os três filhos mais velhos e grande número dos principais fidalgos, são dados que certificam o êxito antevisto para um projecto de largo alcance nacional. A indecisão quanto ao destino final a atingir, o segredo que foi possível manter e o debate em Ceuta sobre o abandono ou permanência na cidade espelham, por formas diferentes, as dificuldades em admitir um objectivo de contorno preciso para o empreendimento, seja ele tingido pelo ideário medieval de cavalaria, da busca de cereais ou ouro, resultado dos interesses de um grupo social, como a nobreza ou a burguesia, ou simples cruzada contra o infiel.

A fronteira portuguesa estava já bem definida naquela época e a possibilidade de fazer a guerra entre Estados Cristãos era limitada. As potencialidades da colonização das ilhas atlânticas e dos territórios africanos ao sul do Bojador eram ainda quase desconhecidas. As iniciativas que visassem a expansão do poder da monarquia portuguesa tinham de limitar-se ao ataque às terras dominadas pelos Muçulmanos: os reinos de Granada e de Fez, este último designado, frequentemente, por Berberia.

A guerra com Granada apresentava uma dificuldade maior. O direito de conquista dos lugares submetidos aos Mouros exercia-se no sentido dos meridianos e, por isso, aquele território era reservado aos reis de Castela por se encontrar na sua fronteira meridional. Além disso, o desaparecimento do reino de Granada aumentaria a força de Castela, já então potência hegemónica no solo ibérico. A opção pela África do Norte impunha-se, portanto, aos desígnios expansionistas portugueses. Ceuta, chave do estreito de Gibraltar, apresentava-se como lugar de eleição pela facilidade do ancoradouro e de defesa que oferecia a situação da cidade no istmo que ligava o morro de Almina ao continente africano. Desde o século XIII, as potências cristãs da Península haviam previsto a reconquista da África do Norte. Apesar da indefinição dos limites, Ceuta tinha sido, na linha oriental do Magrebe, o último lugar aberto à iniciativa portuguesa aceitável pelo «direito de conquista» dos restantes países ibéricos, nomeadamente Castela. Ao ocupar Ceuta, Portugal ia tão longe quanto possível na reserva de espaços ao seu ulterior projecto expansionista. Finalmente, a posse de Ceuta privava o reino de Granada do seu melhor porto de ligação com a Berberia; era, pois, trunfo de grande valor a ser exibido perante Castela e aos olhos atentos dos restantes reinos cristãos e do Papa.

A intervenção de João Afonso, vedor da Fazenda, ao sugerir Ceuta como alvo da ambição expansionista portuguesa, ilustra a importância que alguns ministros assumiam na alvorada dos tempos modernos. O seu esforço em contribuir para um melhor conhecimento da localização de Ceuta, em particular a situação do porto e o sistema de defesa, insere-se na definição de uma estratégia por parte dos homens de Estado, preocupados com o planeamento racional da acção política e militar, com a gestão dos recursos e com os resultados económicos das opções preferidas. A conquista de Ceuta, em 1415, era uma empresa de grande vulto para os poucos recursos de que Portugal então dispunha. O segredo de que se rodeou a expedição e a força política do Rei e do seu Conselho restrito permitem considerar João Afonso como um lídimo representante do Estado dirigido por D. João I.

A tomada de Ceuta integra-se no desejo cristão de reconquista da África do Norte e de colonização portuguesa da parte ocidental desse território. O fracasso final dessa política revela o ponto de equilíbrio entre as forças cristãs e muçulmanas, a islamização e arabização a que a Berberia fora submetida e, talvez, a sintonia com que o Islão árabe soube viver com os Berberes e outros habitantes dessa particular região do mundo então chamada Jazirat al-Magrib, a ilha do Magrebe.

No território de Marrocos distinguem-se três faces distintas que lhe conferem uma vigorosa personalidade. Em contacto com o mar situa-se uma zona de planícies atlânticas, regadas por numerosos rios que correm das montanhas do Atlas, férteis em cereais e pastagens e habitadas, sobretudo, por nómadas arabizados. A zona de montanhas divide-se em dois sistemas principais: o Rife e o Atlas. O Rife bordeja o estreito de Gibraltar (incluindo a cidade de Ceuta) e a fachada norte, virada ao Mediterrâneo; o Atlas, formado pelo Médio,

Alto e AntiAtlas, orientado no sentido nordeste-sudoeste e paralelo à linha da costa, separa as planícies atlânticas do deserto que se estende a oriente e a sul. Este, o Sara, o maior dos desertos, merece bem a designação de «Mediterrâneo sariano» (Vitorino de Magalhães Godinho), pelo carácter de insularidade que confere ao Magrebe. As duas últimas regiões são predominantemente habitadas por Berberes, sedentários nas montanhas e nómadas no deserto.

Os portos magrebinos eram de difícil acesso, por factores vários: a costa tem um recorte pouco pronunciado, com raras enseadas, e é exposta aos ventos do norte e do oeste. Os estuários dos rios são de medíocre valor para a navegação de alto mar, devido às areias que as torrentes arrastam no momento das cheias ou ao recorte rochoso com que a natureza os dotou. Só pequenos barcos podem fundear no interior desses estuários, como acontece com o rio que desagua junto do Alcácer Ceguer ou com o Lucos, rio de Larache, na margem do qual se ergueu a cidade antiga de Lixus, já abandonada quando das conquistas portuguesas. Na foz do Cebu, o rio mais caudaloso de Marrocos, os Portugueses pretenderam construir, em 1515, a fortaleza de Mamora. A expedição saldou-se por um grave desastre, porque os Mouros atacaram na maré baixa e os navios portugueses não puderam manobrar nem receber reforços dos barcos de maior tonelagem que haviam permanecido fora do estuário. Mais para sul, a foz do Bu Regregue, ou rio de Salé, e o Umm al-Rabî, o Morbeia dos textos portugueses, junto a Azamor, não permitem tão pouco o acesso aos navios oceânicos. As enseadas de Safim e Agadir serviam de portos a regiões ricas pela indústria de tecidos e de escoadouro aos produtos do Sus. No extremo sul a costa torna-se baixa, povoada de recifes, e a ressaca afasta os barcos da costa. O rico comércio do interior obrigava os mercadores a fundear em Meça, na foz do rio do mesmo

nome, já próximo do cabo Não, limite meridional na navegação atlântica anterior aos descobrimentos portugueses.

As fronteiras de Marrocos coincidem com limites geográficos naturais que contribuem para lhe conferir uma individualidade marcada e para um relativo isolamento: ao Norte, o mar Mediterrâneo; a Ocidente, o oceano Atlântico, e a Sul e Oriente, o grande deserto do Sara. As ligações com o exterior limitavam-se, assim, à via marítima, com as deficiências já apontadas, ao estreito corredor de Taza, tradicional caminho das invasões orientais, situado entre os sistemas montanhosos do Rife e do Atlas, e às cáfilas de camelos que atravessavam o deserto para ir buscar o ouro, os escravos e outros produtos à terra dos Negros.

O interesse pelas praças norte-africanas evoluiu durante os séculos XV e XVI; as motivações políticas e económicas persistiram como determinantes em diversas fases desse longo domínio. As razões políticas confundem-se com a própria formulação e dinâmica da expansão portuguesa, que postulava a conquista dos reinos de Fez e de Marrocos, considerada legítima porque se tratava de «reconquistar» para a fé cristã os territórios «usurpados» pelos Muçulmanos. A hierarquia religiosa abençoava este projecto, concedia-lhe importantes rendas eclesiásticas, a tal ponto que o valor destas parece ter determinado algumas atitudes do poder, e a referência à «cruzada» permitia apoios internacionais, em particular do papado, que condicionavam fortemente as opções portuguesas. As praças marroquinas constituíam um dos lados do triângulo estratégico da Atlântico português, completado pela costa europeia e pelas ilhas. D. Manuel I planeou mesmo centrar na Madeira as acções a desenvolver, não só nesse espaço, mas ainda em regiões servidas pelas rotas marítimas que o atravessavam. As praças do estreito de Gibraltar asseguravam a defesa contra os piratas e a segurança das rotas marítimas entre o Mediterrâneo e o

Atlântico. Esta ordem de factores, de índole essencialmente política, pressupunha numerosos compromissos pessoais ou de grupo. A nobreza, por exemplo, mostrava-se cada vez mais enredada na teia dos proveitos das empresas ultramarinas, em particular na ascensão social, bem ilustrada na família dos Meneses, e nas benesses repartidas entre os fronteiros de África, como as que foram concedidas aos capitães e povoadores das Ilhas em paga de «serviço» em Marrocos.

A força dos argumentos de carácter político em favor da permanência em África alcançou todo o seu sentido quando da crise ocasionada pela perda de Agadir, em 1541. Foram abandonadas todas as praças que os Portugueses ali detinham, com excepção de Ceuta, Tânger e Mazagão. As primeiras mantinham o controlo do Estreito e seriam a porta destinada a um possível ataque ao reino de Fez. Guardavam também a magia do símbolo, a evocação da empresa pioneira da gesta marroquina e do martírio do Infante Santo. Por aquela zona (por Arzila, de novo e de forma efêmera nas mãos dos Portugueses) passou D. Sebastião a Alcácer Quibir para testemunhar perante a História um dos sentidos básicos da colonização portuguesa dos séculos XV e XVI. No Sul de Marrocos, D. João III decidiu manter Mazagão, onde mandou erigir poderosas fortificações para apontar a Marraquexe, capital dos xarifes, a ameaça de uma rápida invasão. O repto foi aceite e os Mouros cercaram, sem êxito, a praça em 1562. Ali mandou D. Sebastião, em 1578, uma armada destinada a iludir Mulei Maluco (Mawlây 'Abd al-Malik) quanto ao local de desembarque do exército português apoiante de seu sobrinho, o sultão deposto, Mulei Mahamet (Mawlây Muhammad al-Mutawakkil).

Os interesses económicos ligados à presença portuguesa nas praças de Marrocos são de índole muito diversa, como seria de esperar da ocupação, por um período de mais de três

séculos, de um espaço marítimo vasto, da existência de terras muito ricas e de um povo habituado a um comércio de longa distância. Essas motivações foram determinantes em vários períodos, como quando se tratou de adquirir tecidos e outros produtos para os Negros da zona da Mina, no princípio do século XVI; o seu declínio, aliado a razões conjunturais de forte poder político, permitiu ao Marquês de Pombal, em 1769, o abandono de Mazação, última praça que os Portugueses mantiveram em Marrocos.

A conquista das cidades e as incursões nos campos e aldeias eram aproveitadas para recolher o produto do saque de tudo o que tinha valor: alfaías, gado, cereais. Cada um dos contendores procurava fazer cativos, a fim de obter o dinheiro dos resgates. As praças serviam de base a uma importante actividade de corso feita ao serviço do rei ou dos nobres. Barcos pesqueiros ocupavam-se na exploração dos ricos bancos da orla marítima marroquina. Os períodos de paz eram aproveitados para as trocas comerciais com os diferentes produtos do país, os importados do Sudão, como o ouro e os escravos, ou as especiarias do Oriente. A indústria de tecidos, em particular os destinados ao vestuário e utilizados também para a cobertura durante a noite, assumiu uma importância decisiva depois da instalação dos portugueses em Arguim (cerca de 1448) e na Mina (depois de 1481) porque os Negros estavam habituados a utilizá-los. Ficaram célebres os lambéis como referiu Duarte Pacheco Pereira no *Esmeralda*: «uma roupa feita como mantas do Alentejo, que tem uma banda vermelha e outra verde e outra azul e outra branca, as quais bandas são de largura de dois e três dedos (...) E esta é a principal mercadoria por que se em Axem resgata o dito ouro, além de outras de menos valia que também praticamos.»

A obtenção de cereais em Marrocos foi muito aleatória porque estava dependente das colheitas, que nem sempre

eram abundantes, e da situação de guerra ou de paz com as diferentes praças. Em 1414, um ano antes da conquista de Ceuta, os Portugueses venderam trigo no reino de Fez. Durante a maior parte do século XV assistimos ao abastecimento das praças lusitanas a partir da Europa. A paz de 1471, o «protectorado» na região de Azamor, Safim e Meça e o período dos «mouros de pazes» trouxeram tributos em cereais e outros produtos, além do incremento das compras e do comércio em geral. A reacção xarifina comprometeu quase definitivamente essa época promissora.

Os diferentes estratos sociais tinham vantagens económicas com a colonização das praças da África do Norte. A exploração das terras era fonte de rendimentos. D. Afonso V procedeu a generosas doações no território que lhe pertencia nos termos da paz de 1471. Os cargos militares e civis eram asperamente disputados. Os reis favoreciam com «moradias», comendas e outras benesses os que se dispunham a servir em África. Os burgueses interessavam-se pelos contratos de abastecimento das diferentes praças, associando-se, se necessário, a comerciantes estrangeiros. Devemos insistir neste aspecto: o interesse pela África do Norte não se restringia à Coroa, aos grandes nobres ou à alta burguesia. Grande número de particulares, pequenos comerciantes, pescadores e artesãos mantinham relações privilegiadas com Marrocos. Eram homens comprometidos com o abastecimento em víveres, armas, materiais de construção e outros produtos necessários à vida naquelas fronteiras e ao provimento das armadas que ali se dirigiam. Os pescadores algarvios habituaram-se a frequentar os ricos mares das costas marroquinas. O contrabando de todo o género de mercadorias, incluindo as proibidas, como as armas florescia nos portos portugueses, em especial do Algarve. Procuravam obter produtos diversos, como as especiarias, que, embora em quantidades diminutas, afluíam

aos mercados norte-africanos. Este comércio fomentava o gosto pelos produtos exóticos que se desenvolvia em Portugal e em toda a Europa.

A primeira conquista no além-mar obrigou à preparação de uma frota capaz de transportar numeroso exército equipado com armas e abastecimentos. Foi necessário mandar construir, comprar e alugar muitos navios. As notícias da época registam galés, galeões, naus, barcas, fustas, cocas e barinéis, entre outros, cuja variedade revela a inexperiência neste género de combate, a insuficiência dos recursos e a dispersão dos seus locais de origem. Sabemos que alguns vieram do estrangeiro, pelo menos da Galiza, Biscaia, Bretanha, Inglaterra e Flandres. Parte do exército era constituído pelos portugueses que participaram nas guerras com Castela; esse treino militar deveria ser sensível, sobretudo, ao nível dos comandos, como o demonstra a presença do próprio rei D. João I, do condestável D. Nuno Álvares Pereira e homens encanecidos cuja memória perdurou no parecer de João Gomes da Silva, alferes do Reino: «Ruços, além!» É conhecida a presença de estrangeiros na expedição, entre os quais ingleses, alemães, polacos e franceses, que, tal como o exército português, ignoraram, até à passagem por Lagos, qual o destino final da empresa a que prestavam colaboração.

A frota foi reunida em duas cidades, Lisboa e Porto, que desta forma assumiam simultaneamente o papel de centros mais importantes do País. A expansão obrigava os Portugueses a acantonarem-se próximo do mar, gerava os seus pólos mais dinâmicos e iniciava o «virar de costas a Castela», que perdurou até aos nossos dias. O infante D. Pedro, filho segundo, ocupou-se dos preparativos em Lisboa e o infante D. Henrique, filho terceiro, no Porto; o Rei e o herdeiro do trono assumiram a direcção da empresa.

Depois de reunida a frota em Lisboa, um infausto acontecimento poderia ter alterado o plano da expedição: em 18 de Julho faleceu de peste a rainha D. Filipa de Lencastre, que, antes de morrer, abençoara a expedição. A vontade política era tão determinada que apenas cinco dias mais tarde foi dada ordem de partida; no dia 25 de Julho os navios deixaram a barra do Tejo. Em 27 de Julho, em Lagos, pela voz do capelão real Frei João de Xira, foi anunciado o destino da frota: Ceuta.

A cidade africana foi presa fácil dos Portugueses, bem preparados para a sua conquista. O Rei e o infante D. Pedro foram cruzar o mar em frente da cidade, em manobra de diversão; o infante D. Henrique comandou as forças que desembarcaram no lado do morro de Almina e entrou na cidade. Era o dia 21 de Agosto de 1415, verdadeiro acto do nascimento da expansão portuguesa.

Os vencedores, senhores da cidade, saquearam as casas, quintais e terrenos, à procura de riquezas; parece que a colheita foi rendosa porque o assédio não fora esperado pelos Mouros e estes pouco tempo tiveram para fugir. A mesquita foi limpa e consagrada a Nossa Senhora da Assunção. No minarete colocaram-se dois sinos encontrados na cidade e outrora roubados em Lagos pelos corsários. Seguiu-se a cerimónia de armar cavaleiros os infantes e muitos outros nobres: feliz ocasião de honrar a nova geração do poder e os «altos infantes» que asseguravam o futuro da dinastia iniciada por D. João I, a cujo título de «rei de Portugal e do Algarve» era agora acrescentado o do «senhor de Ceuta». O novo florão nobilitário, situado em solo africano, fazia tornar menos pobre a comparação com o título dos émulos castelhanos dos reis portugueses...

Depois da conquista, D. João I reuniu o Conselho para decidir se deveria manter a posse de Ceuta. A questão figura na *Crónica da Tomada de Ceuta*, escrita por Gomes Eanes de

Zurara cerca de 1450, e parece ter sido uma mera formalidade.

Como seria possível o abandono de Ceuta depois do enorme esforço militar e financeiro a que o Reino se submetera? A justificação da pergunta parece ser outra. A empresa era muito arriscada; concebida com muita fé e persistência durante vários anos, não deixava de ser um acto de grande temeridade embarcar o rei, os três filhos mais velhos e a grande nobreza do Reino ao mesmo tempo. A situação de insegurança em que Portugal se encontraria em caso de derrota ou de tempestade em que a frota soçobrasse, a incerteza sobre o desenlace da viagem e da batalha e a necessidade de segredo, são razões que explicam a ausência de planeamento para depois da vitória e a questão levantada por D. João I no Conselho. A resposta, defendida pelo Rei, era óbvia: manter Ceuta portuguesa.

A escolha do capitão suscitou algumas dificuldades porque os principais nobres não estavam dispostos a permanecer em local tão perigoso depois da retirada da frota. O oferecimento que de si próprio fez D. Pedro de Meneses e a subsequente valorização da sua casa oferecem um exemplo da nova situação social portuguesa: a ascensão na escala hierárquica da nobreza através dos serviços prestados no exército e no funcionalismo ultramarino.

D. João I permaneceu em Ceuta durante alguns dias para prover a cidade de meios de defesa adequados aos ataques que os Mouros não deixariam de fazer. Distribuiu benesses pelos companheiros mais arrojados, como a confirmação do couto de Leomil e a doação de Numão ao marechal Gonçalo Vasques Coutinho. Ao regressar ao Reino, desembarcou em Tavira, cidade onde fez os dois filhos, D. Pedro e D. Henrique, respectivamente duques de Coimbra e de Viseu.

Ceuta iniciou então a vida que viria a ser habitual nas cidades portuguesas do Norte de África, sujeitas a incursões

mouras feitas de surpresa ou a assédios mais ou menos prolongados. Tratava-se de uma ocupação restrita à cidade murada, sendo os arredores aproveitados para recolher lenha, fazer pastar o gado ou «entrar» em território inimigo. Apesar das dificuldades, o campo vizinho da fortaleza era cultivado, embora as colheitas fossem incertas, porque podiam ser roubadas ou destruídas pelos Mouros. Alguns locais, em particular junto da costa, foram doados pelo rei a particulares, como Bolhões e o Castelo de Larotona.

A dinastia merínida, então no poder em Marrocos, atravessava um período de acentuado declínio, pelo que a reacção ao ataque português demorou alguns anos; neste período consolidaram-se as defesas da cidade e a guarnição portuguesa habituou-se à guerra em África, com entradas profundas em Marrocos, e à actividade de corso a partir do porto de Ceuta.

A ocupação da cidade magrebina granjeou fama internacional ao monarca português; findavam também os cuidados que a preparação da frota e o segredo sobre o seu objectivo ocasionaram nos países que se consideravam alvos potenciais. Nos meios eclesiásticos saudava-se o facto de poder ser ocupada, efectivamente, uma sé na Berberia. O Dr. Gil Martins, em 1416, no final do discurso que proferiu no Concílio de Constança, sublinhava a importância de Ceuta para a conquista futura da África: «portus et clavis est totius Africae [...]».

No início de 1416, o Rei confiou ao infante D. Henrique «todallas cousas que conprem pera a dicta nossa cidade de Ceuta e pera sua defensoon». Depois da intervenção que tivera na preparação da frota e no ataque a Ceuta, eis o Infante investido na direcção da empresa ultramarina, então confinada àquela cidade de Marrocos. O trabalho maior a desenvolver era o da mobilização dos recursos necessários à guarnição da praça e o seu transporte. Das praias do Algarve,

onde passou amiúde a residir, o *Navegador* perscrutava as notícias da Berberia, o comportamento dos defensores de Ceuta e a eficiência dos meios afectos à «ponte naval» entre Lisboa, o Algarve e Ceuta. No cerco de 1418, ele próprio e o infante D. João embarcaram em auxílio dos sitiados. Um dos barcos ocupados no serviço de Ceuta, no regresso ao Reino, chegou à ilha do Porto Santo. A dimensão atlântica somava-se então à empresa marroquina.

Os recursos afectos à manutenção de Ceuta eram muito elevados. Entre eles figuravam parte dos consignados às Ordens Militares e aos bispados do Reino. Em 1419, a pedido de D. João I, o papa Martinho V decidiu que todos os arcebispos, bispos, demais prelados e pessoas eclesiásticas, seculares e regulares, contribuíssem com 9000 florins anuais, durante três anos, para ajuda à nova cidade cristã.

A dificuldade em manter uma colónia europeia em África começou a recortar-se com nitidez: pagamento da guarnição, abastecimento em armas e víveres, manutenção da armada no Estreito, dificuldade no recrutamento de «fronteiros» e «moradores», estabelecimento de uma administração permanente em Ceuta e no Reino, enfim, todo o lançamento da estrutura necessária aos territórios de além-mar. D. João I procurou suscitar o apoio de outros monarcas cristãos para a guerra contra os Mouros e, para isso, escreveu a Afonso V, rei de Aragão e da Sicília; a resposta, dada em 1420, adiava o auxílio para ocasião favorável. O abastecimento de cereais a Ceuta foi, frequentemente, dado a contratadores portugueses e estrangeiros que iam buscar o trigo a Castela, Sicília e outros lugares. Foi o caso do contrato, feito em 1423, com Luís Eanes, outros portugueses e dois genoveses, Bartholomeu Lomellim e Bartholomeu Baraboto, de 2000 moios de trigo para Ceuta.

Surgiu então em Portugal um debate complexo a que podemos chamar a «questão de Ceuta», que seria alargado

mais tarde à escolha dos diferentes rumos que a expansão poderia assumir. Os dirigentes portugueses preocupavam-se com as despesas permanentes que a manutenção de Ceuta exigia, procuravam soluções expeditas e menos onerosas e questionavam-se sobre o futuro da colónia. Assistiu-se à «internacionalização» do problema, em que foram parte interessada os países ibéricos, o Papado e os meios financeiros europeus, atentos aos projectos carenciados de avultados recursos. De tudo isto nos dá conta a famosa carta que o infante D. Pedro escreveu de Bruges, em 1426, a seu irmão D. Duarte:

Do que sentya dos feitos de Cepta per alguma vez, senhor, vo-lo razoey; mas a conclusão é que, emquanto asy estiver ordenada como agora está, que é muy bom sumydoiro de gente de vossa terra e d'armas e de dinheiro. E, segundo eu senty d'alguns bons homens de Inglaterra de autoridade e daquy, deixam já de falar na honrra e boa fama que é em a asy terem, e falam na grande indiscrição que é em a manterem com tam grande perda e destruyçom da terra, do que a mym parece que eles hão muyto peor informação do que ainda é. O remedio desto, senhor, per muytas vezes o falastes e o sabeis melhor do que vos eu poderia escrever; parece-me, senhor, que farieis serviço de Deus e voso ordena-lo sem delonga.

A solução proposta pelo infante D. Pedro não está expressa na carta, mas já fora discutida com o herdeiro da coroa. O *infante das Sete partidas* beneficiava das viagens pela Europa para colher ensinamentos sobre a forma como ali se considerava a conquista de Ceuta; mostra-se um crítico da situação, mas não podemos julgar, em termos definitivos, se era contra a guerra de África e pelo abandono de Ceuta se, pelo contrário, propunha a conquista de novos e mais extensos territórios. Podemos mesmo supor que se trataria de alguma crítica ao modo como o infante D. Henrique tinha «ordenada» a cidade. O mal-estar que se gerava pela presença

em Ceuta, sem contrapartidas económicas suficientes, era abertamente comentado em Inglaterra e na Flandres.

O rei D. João I, adepto da expansão para Marrocos, associou ao governo o infante D. Duarte, que procurou encontrar a solução para o magno problema. Fez consultas, reuniu conselhos, como o de Santarém em 1430, e pediu pareceres; muitos estão reunidos no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Conhecemos os que foram elaborados, em ocasiões diferentes, pelos infantes D. Pedro, D. Henrique e D. João e pelos condes de Barcelos, Arraiolos e Ourém.

O infante D. João é autor de um parecer notável onde trata os principais aspectos que se debatiam a propósito da guerra com a Berberia. O P.^e Dias Dinis crê que teve a assistência de «clérigo erudito e bom estilista». Redigido em 1432 ou 1433, é intitulado «Resposta ao conselho se deve el rey meu senhor fazer guerra aos mouros de Benamarym» (os Merinidas, nome da dinastia reinante em Marrocos). Examina a questão através da análise dos deveres da «cavalaria», então ainda dominantes no ideário medieval, e do «siso», ou seja, a razoabilidade no entendimento das coisas; logo de início informa que «suas regras são desvairadas» porque uma «regra de syso diz que se non deve deixar certo por o non certo, a qual é contra a cavalaria». Estuda o problema, por forma contraditória, em quatro aspectos: o serviço de Deus, a honra, o proveito e o prazer. O siso não aconselhava a guerra porque não seria serviço de Deus: «todos non hirião com tal tenção; qa huns por honrra, outros por riqueza e guança [...] e quem mata mouro com tal tençon non peca menos que matar christão»; além disso, a guerra não se poderia fazer sem lançar impostos, o que se traduzia em opressão dos súbditos. O infante aponta dúvidas sobre se a guerra seria justa contra os Mouros, «porque eu non vy nem ouvy que Noso Senhor nem algum dos seus apostolos nem doctores da Igreja

mandassem que guerreassem infiéis, mas antes, por pregação e milagres, os mandou converter». Mostra-se sarcástico em relação a alguns benefícios eclesiais: «e, quanto as indulgencias que o papa pera tal guerra da, non devemos crer, porque por mil dobras que enviemos a hum cardeal, as averemos muyto mayores por hua pequena obra de misericordia que façamos»; e levanta dúvidas sobre os milagres que aconteciam nessas guerras.

O infante D. João mostrou depois como o siso impedia a guerra contra os Merínidas por razões de honra, proveito e prazer. Afirma que se «ganhasemos pola regra de Cepta, perda se seguia», em alusão às despesas que esta praça ocasionava. E refere o perigo latente da invasão castelhana: «devemos esgardar como a Espanha esta pera desfechar e aqueles que agora sam vossos amigos, se a roda dese volta, vossos inimigos capitaes ficarião; pois sendo el rey noso senhor fora desta terra e todos seus filhos e boa gente a quem mal quisese fazer, ligeira lhe seria de conquystar. O qual seria mau escarneio deixar Portugal por Azirla (sic), que asy seria como deixar o filho de Deus pelo de Zebedeu». A referência a Arzila comprova o interesse pelas cidades do Estreito, acentuando o plano de ocupação sistemática do Norte de Marrocos.

As alegações do infante D. João favoráveis à conquista da Berberia não oferecem articulação comparável às anteriores. Cita, no entanto, a necessidade de guerra defensiva, o apoio da Igreja, a honra da cavalaria e a impossibilidade de outro combate mesmo contra Granada «sem licença del rey de Castela, por ser sua conquista». Aponta que «o gram thesouro e real proveyto é aver grande terra com muyta gente e boas cidades e villas». E acena com a recompensa final para aquele que cometer o feito da guerra em África: «e se em ele falecer com boa tenção avera aquel prazer que vence todo prazer e pera sempre ha de durar».

O rei D. Duarte e os infantes D. Henrique e D. Fernando foram os impulsionadores de uma nova expedição a Marrocos, efectuada em 1437 contra Tânger. A estratégia permanecia idêntica: visava o domínio do estreito de Gibraltar e a posse da Berberia. O recrutamento do exército foi feito com muita dificuldade. Tinha desaparecido a geração que lutara com Castela e, factor psicológico de peso, o monarca permanecia no Reino. O comando foi confiado ao infante D. Henrique, que era acompanhado pelo infante D. Fernando e pelo conde de Arraiolos, apesar de este ser partidário da guerra contra Granada. O exército português dividiu-se em Ceuta: uma parte seguiu por terra com o infante D. Henrique, mas teve de fazer um largo desvio por Tetuão, devido à natureza montanhosa da zona. A frota, sob a chefia do infante D. Fernando, rumou à baía de Tânger. Os Mouros, comandados por Sala ben Sala, capitão de Ceuta em 1415, tiveram tempo de preparar a defesa e de pedir reforços a Fez e a outras regiões marroquinas.

Os Portugueses foram facilmente derrotados e cercados pelos Mouros que acorreram em socorro de Tânger. Puderam embarcar, com a condição de devolver Ceuta, e, em garantia deste acordo, o infante D. Fernando permaneceu nas mãos dos Marroquinos. O infante D. Henrique dirigiu-se a Ceuta, onde se demorou largo tempo. O resto da expedição regressou a Lisboa, sendo recebida com a natural consternação.

D. Duarte reuniu Cortes em Leiria para decidir sobre o abandono de Ceuta e o resgate de D. Fernando. Esse período foi dos mais pungentes da história portuguesa, com dois partidos a contradizerem-se na apresentação de argumentos a favor ou contra os termos da negociação de Tânger, até que se resolveu consultar o papa.

A morte de D. Duarte e as lutas da regência foram «esquecendo» o refém D. Fernando, que, da sua masmorra

em Fez, pedia que o libertassem. Em 1443, depois de um cativo de seis anos, morria com a auréola de mártir. A sorte do Infante Santo, como passou a ser conhecido, gerou no País um desejo de desforra que perdurou para além da entrega dos ossos, feita depois da conquista de Arzila. O sentimento nacional não atendeu ao facto de a sua morte em Fez ter resultado do não cumprimento da cláusula que obrigava à restituição de Ceuta como contrapartida do livre embarque dos expedicionários de 1437, incluindo o seu próprio chefe, o infante D. Henrique.

A tomada de Constantinopla pelos Turcos em 1453 levou o papa a pregar uma nova cruzada. D. Afonso V ofereceu-se para participar; reuniu uma armada, que não chegou a partir por falta de colaboração dos outros Estados cristãos. O rei português decidiu, em 1458, a conquista de Alcácer Ceguer, aproveitando os meios já preparados, no que obteve êxito fácil.

Persistia a ambição da posse da Tânger, de forma a prosseguir o projecto de domínio do Norte de Marrocos e obter uma reparação do desastre de 1437. D. Afonso V fez um sério ataque contra Tânger em 1464 e outras «entradas»; numa delas morreu D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer.

Em 1471 preparou-se uma grande expedição com o objectivo de dominar Tânger. Como um ataque directo à cidade parecia difícil porque dispunha de bons meios de defesa, os Portugueses decidiram-se por Arzila, situada um pouco mais para sul. Esta era então uma vila populosa, cujo chefe viria a ser o primeiro soberano da dinastia oatácida. O desejo de atacar a praça mais próxima de Tânger, a necessidade de aproveitar os seus sistemas de defesa e o interesse do saque explicam a escolha, apesar de não possuir porto (morreram cerca de 200 portugueses durante o desembarque). Parece explicar-se, assim, a opção por Arzila,

em vez de Tânger ou Larache. Esta, situada alguns quilómetros mais a sul, oferecia ancoradouro deficiente, incapaz para navios grandes, mas muito superior à costa desabrigada onde fundeou a armada de 1471.

Na conquista de Arzila, os Portugueses não aceitaram a rendição dos habitantes da vila e, por isso, perderam-se numerosas vidas de ambos os lados, incluindo a dos condes de Marialva e de Monsanto. Um filho e duas mulheres de Mulei Xequê, o senhor da cidade, que se encontrava então a cercar Fez, caíram em poder dos Portugueses. Tânger, abandonada pelos seus habitantes, foi também ocupada. Mulei Xequê regressou até perto de Arzila e estabeleceu a paz por vinte anos que reconhecia a situação criada pela força das armas: Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila eram consideradas como terras portuguesas. O território e os povoados não murados que coubessem no termo daquelas cidades passavam também a pertencer ao mesmo soberano. Os Marroquinos guardavam Alcácer Quibir, o primeiro lugar fortificado junto da fronteira com os cristãos, além do restante país, como é óbvio. O lugar de Larache, despovoado, ficava incluído na área de jurisdição de Arzila. Em garantia do tratado de paz, o filho de Mulei Xequê veio para Portugal. Mais tarde foi sultão de Fez, conhecido pelo nome de Maomé-o-Português (Muhammad al-Burtugâli).

A tomada de Arzila e Tânger iniciou uma época de domínio lusitano no Norte de Marrocos. O monarca alterou o título de «senhor de Ceuta» para o de «rei do Algarve Dalém-Mar em Africa» e passou a dispor dos territórios a norte da linha que une, aproximadamente, Tetuão a Larache. Garb é o nome da região entre os rios Dradar, ao norte, e o Cebu, ao sul, e, assim, não corresponde ao território português nos termos do tratado de 1471. O vocábulo foi escolhido porque, por vezes, era usado para designar o Ocidente do Magrebe e pelo valor simbólico de que se

revestia na frase «rei de Portugal e dos Algarves Daquém e Dalém-Mar em Africa», ao exprimir a intenção de continuar as conquistas para o sul.

A nova situação política no Norte de Marrocos e a luta que Mulei Xequé prosseguia junto de Fez, que levou, no ano seguinte, à instalação da dinastia dos Oatácidas, gerou um clima de grande instabilidade. Os habitantes de várias cidades costeiras de Marrocos pediram a «protecção» do rei de Portugal. Este período coincidiu com o aumento do comércio dos Portugueses com a população da zona costeira da África ao sul do Sara. Era gente habituada há muito a trocar ouro, escravos, algália, marfim e outros produtos por sal, tecidos, cobre e utensílios vários que lhe vinham de Marrocos. Os Portugueses passaram a frequentar portos como Azamor e Safim para ali se abastecerem dos tecidos indispensáveis para o comércio com os Negros. O primeiro acordo conhecido, ainda efectuado durante o reinado de D. Afonso V, foi estabelecido com os habitantes de Safim, como foi referido na carta que D. João II enviou ao alcaide da cidade em 1488.

No contrato feito entre D. João II e os habitantes de Azamor, em 3 de Julho de 1486, estabeleceram-se as seguintes cláusulas: tributo anual de 10.000 sáveis carregados em barcos portugueses, isenção de direitos aos navios régios, autorização para compra de cavalos e cedência ou licença para construção de uma casa para os feitores do rei que ali passassem a residir.

O final do reinado do *Africano* foi assinalado por disputas com Castela sobre vários lugares africanos. Pelo Tratado das Alcáçovas de 1479, Portugal viu reconhecido o direito de conquista do reino de Fez. A negociação deste acordo, em que participou certamente D. João, herdeiro do trono, acentua o interesse lusitano na Berberia numa época em que já se importava bastante ouro da costa africana ao sul de

Arguim, se preparava a fundação do Castelo da Mina (1481) e a exploração económica das ilhas atlânticas trazia também largos proventos. Permanecia o plano expansionista para o Norte de África, revelado, entre tantos exemplos, pela confissão de Diogo de Gouveia de que D. João II o mandara como bolseiro a Paris para aí estudar Teologia e vir a rezar missa na Mesquita de Fez.

D. João II solicitou o auxílio de Roma, que lhe foi concedido pela bula *Orthodoxae fidei*, do papa Inocêncio VIII, em 1486. Todos os que participassem na guerra contra os infiéis obtinham «de todos seus pecados plenária remisom e indulgencia, tal e tam inteira como per nossos predecessores se costumou sempre de dar aos que vão em sosidio [auxílio] e defensam da Terra Santa»; o rei arrecadava, graças à bula, durante três anos, elevadas somas provenientes de rendas e tributos eclesiásticos. Em 1489, quase no fim da paz de vinte anos que fora estabelecida entre D. Afonso V e Mulei Xeque, o monarca português mandou erguer uma fortaleza - a que chamou Graciosa - cerca de 15 km a montante da foz do Lucos (o rio de Larache), no provável intuito de aproveitar até à imprecisa linha de fronteira o território que lhe pertencia no âmbito daquele acordo. Essa escolha denuncia o plano de ataque a Alcácer Quibir e, mais tarde, à própria cidade de Fez; se o rei desejasse o domínio de um ancoradouro marítimo, teria escolhido a zona do estuário, onde, na margem esquerda, se situava o lugar despovoado de Larache que D. Afonso V tinha concedido ao duque de Guimarães em 1473, ou o sítio de Xames, na margem direita, que fora o assento da antiga cidade de Lixus.

Os Mouros sentiram a ameaça se consentissem na construção do forte; esta obra devia violar as cláusulas do acordo de 1471, que se referia apenas aos lugares murados já existentes. O sultão Mulei Xeque veio pôr cerco às forças portuguesas e mandou construir uma estacada a jusante da

Graciosa, para dificultar a passagem dos navios encarregados de reforçar e abastecer a fortaleza.

O Rei, que escolhera Tavira para residência enquanto duravam as operações, informado das dificuldades do seu exército, concertou a paz com os Mouros, pelo que os Portugueses puderam embarcar com armas e bagagens e abandonar livremente o local. Em 21 de Setembro de 1489, D. João II escreveu uma carta ao papa Inocêncio VIII para justificar a retirada das suas forças, em que procurava garantir a manutenção dos privilégios que a Santa Sé lhe concedera para continuar a luta contra o infiel e prometia futuras expedições. Afirmava que fazer a guerra em África contra os Sarracenos era um impulso quase hereditário e que o lugar da Graciosa fora mal escolhido por ser insalubre; como o rei de Fez tinha cercado a fortaleza, decidira ele próprio ir em auxílio dos sitiados. mas desistira porque aquele rei lembrara que entre ele e D. Afonso V tinha havido paz e amizade (*bona et firma pax et amicitiam*) e oferecia condições honrosas para o exército português retirar, entre elas a entrega de uma parte daquele território.

D. Manuel continuou a política dos seus antecessores no que respeita à expansão para o Norte de África. Planeou ele próprio combater em Marrocos nos anos de 1501 e 1503, apesar de coincidirem com a época de descobrimento das rotas do Oriente e do Brasil. No entanto, só em 1505 Diogo Lopes de Sequeira construiu o Castelo de Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir), em resposta às pretensões castelhanas ao território situado à mesma latitude das Canárias. Esta fortaleza situava-se na baía que servia de porto à rica província do Sus, muito frequentada por comerciantes portugueses, espanhóis e genoveses. O castelo foi vendido, em 1513, à Coroa portuguesa.

Em 1506, D. Manuel mandou construir o Castelo Real em Mogador, em frente da ilha do mesmo nome, o porto

marítimo mais aproximado da cidade de Marraquexe. A nova praça reforçava a posição de Santa Cruz do Cabo de Guer, erguida contra a iniciativa de Alonso de Lugo, *adelantado* das Canárias, de construir Santa Cruz do Mar Pequeno na zona do actual Ifni. O edificador do Castelo Real foi o experiente Diogo de Azambuja, que já construía o castelo da Mina. Os Portugueses abandonaram Mogador em 1510, em circunstâncias mal conhecidas.

A cidade de Safim era sede de uma florescente indústria de tecidos no Sul de Marrocos. Os seus moradores colocaram-se sob a protecção de D. Afonso V e permitiram que ali se estabelecesse um feitor do monarca português, encarregado da compra dos produtos que interessavam ao comércio com os Negros. A pretexto de discórdias internas, D. Manuel I enviou ali o capitão Diogo de Azambuja, que se apoderou da cidade em 1508. Até ao seu abandono, Safim tornou-se a praça mais importante do dispositivo português no Sul de Marrocos.

Azamor foi conquistada em 1513 por uma poderosa armada sob a chefia de D. Jaime, duque de Bragança. Gil Vicente escreveu a *Exortação da Guerra* para animar os combatentes:

*Avante, avante, senhores,
Pois que com grandes favores
Todo o Céu vos favorece:
El-rei de Fez esmorece
E Marrocos dá clamores...
África foi de cristãos,
Mouros vo-la tem roubada...
Sua Alteza determina
Por acrescentar a fé,
Fazer da mesquita sé,
Em Fez, por graça divina.*

A dificuldade de acesso do rio Morbeia (Umm al-Rabi) obrigou a frota a ancorar na baía de Mazagão. O lugar foi fortificado no ano seguinte e depois construiu-se a cidade que, mais tarde, se tornou um dos principais portos marroquinos.

Ja decorrido um século desde a conquista de Ceuta. Portugal senhoreava em Marrocos dois grupos de praças: o primeiro (Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila), debrum marítimo ao Algarve Dalém, encastoava a margem sul do estreito de Gibraltar. Vigia da terra, pronto a abrir as portas do reino de Fez, esse grupo era também sentinela no mar para controlo da navegação do Estreito. No Sul, o conjunto das praças (Azamor, Mazagão, Safim e Agadir) servia de possível acesso ao reino de Marraquexe, mas procurava, sobretudo, obter os ricos produtos da região.

Para ocupar a orla marítima central e estabelecer a ligação entre os dispositivos norte e sul, D. Manuel I mandou erguer, nesse ano do centenário (1515), uma fortaleza no sítio de Mamora, junto à foz do Cebu (próximo da actual cidade de Mahdia e do porto de Kenitra). A expedição saldou-se por um fracasso, porque os Mouros atacaram os Portugueses quando a maré baixa dificultava o acesso à barra. Mais uma vez a inexistência de portos capazes de servirem de ancoradouro a navios grandes impedia um ataque marítimo a Marrocos. Este desastre, o maior do reinado de D. Manuel, rematava da pior maneira um século de expansão portuguesa na Berberia. Doravante restava optar ou pelo abandono das praças ou por uma ocupação alargada; continuava o dilema do infante D. Pedro: «emquanto asy estiver ordenada como agora está, que é muy bom sumydoiro de gente de vossa terra e d'armas e de dinheiro».

Em síntese, podemos referir que no primeiro século da presença portuguesa em Marrocos se apresentam, em

diversos momentos, os factores mais relevantes que a condicionaram. A expansão é, antes de mais, a afirmação política do Reino no concerto das nações (traduzida no «senhor de Ceuta», a que depois se acrescentou «e de Alcácer Ceguer» e, mais tarde, «rei do Algarve Dalém-Mar em África»), em especial no contexto ibérico (a ameaça anexionista de Castela manter-se-ia no horizonte) e perante os Estados europeus interessados nas regiões do Sul; é também afirmação contra os Mouros (Salado não estava distante e havia que continuar a Reconquista) e, finalmente, resposta à ameaça turca, bem perigosa depois de 1453. A iniciativa portuguesa valeu também como antecipação ao «direito de conquista» das nações ibéricas sobre o reino de Fez, reconhecido por Castela pelo Tratado das Alcáçovas, em 1479.

A expansão consagrou a legitimidade da dinastia de Avis no plano interno e o seu pleno reconhecimento na ordem internacional. Marrocos foi o palco privilegiado da capacidade de direcção dos monarcas de Avis e da sua descendência, em particular da ínclita Geração. Quase todos envolvidos em querelas graves e mesmo em mortes violentas, as plagas africanas foram o lugar de catarse de uma época difícil: D. João I, o Andeiro e a luta pelo trono; D. Duarte, D. Henrique e o Infante Santo; D. Afonso V e o infante D. Pedro; D. João II e a morte dos duques de Bragança e de Viseu; D. Manuel, rei por linha colateral, na senda da cruzada.

A afirmação dos valores religiosos na gesta marroquina autorizou a reivindicação da prioridade portuguesa na reconquista de África, subalternizando Castela; Portugal ganhava os privilégios, benefícios e rendimentos que a Igreja pacientemente criara para estímulo da cruzada; inspirava a emissão de valiosas bulas; obtinha o alargamento dos direitos do Padroado; e ficava ainda o recurso ao papa quando fosse

necessário tomar uma opção difícil, como a do abandono de Ceuta, em 1437.

Os aspectos sociais foram marcantes no primeiro século da expansão, com o desenvolvimento da nova nobreza que emergira da crise de 1383-1385 e o seu desejo de *cursus honorum* ao serviço da Coroa, a formação de novas casas senhoriais e outorga de títulos de nobreza, a criação de novas rendas e a abertura de mais campos de acção para os jovens e filhos segundos.

Afirmava-se também uma nova ordem económica em que as rotas marítimas entre o Mediterrâneo e o mar do Norte podiam ser controladas no estreito de Gibraltar; foi facultado o acesso aos produtos da África do Norte e do comércio transariano e oriental; obtinha-se rico saque nas cidades tomadas ou nos lugares assaltados; criou-se uma nova amoedação ligada aos feitos ultramarinos, entre a qual a dos famosos ceitis. Em conjunto com as ilhas atlânticas e com a costa africana ao sul de Marrocos surgiu um espaço português de grande valor económico e interdependente em vários produtos. A vertente marítima do Reino, solicitada pelo comércio e pelo serviço ultramarino, valorizou-se em detrimento do interior, onde se agravou a cicatriz que o separava de Castela.

A posse das cidades norte-africanas revelou-se um poderoso instrumento ao serviço da monarquia e da centralização do poder pelos variados meios e campos de acção que proporcionava: desenvolvimento da marinha e das pescas, controlo de contrabando, base de corsários, vigilância do Estreito, lugares de degredo, novas formas de administração, como a Casa de Ceuta, rendas eclesiásticas, concessão de títulos e cargos, nomeação de bispos e outros membros da hierarquia religiosa para Marrocos.

Em 1507, depois das primeiras conquistas no Oriente, D. Francisco de Almeida concluía em carta a D. Manuel: «nom

ponha Vos'Alteza em muitos conselhos chamades vos
Emperador pois que nunca principe teve tanta jostiça para o
ser».

II. CARACTERÍSTICAS DA PRESENÇA PORTUGUESA EM MARROCOS

A presença dos Portugueses em Marrocos oferece aspectos distintos consoante o período e a região: por vezes apenas ocupavam as praças fortificadas; outras vezes, porém, exerciam um verdadeiro protectorado sobre extensas zonas.

As «colónias» de portugueses eram formadas por dois grupos principais: os fronteiros e os moradores. Os primeiros constituíam a gente de guerra; os segundos eram civis que desempenhavam as diferentes actividades necessárias à vida das praças.

Os Portugueses mantiveram-se no Norte de África desde 1415, data da conquista de Ceuta, até 1769, quando o Marquês de Pombal ordenou o abandono de Mazagão, que se encontrava cercada pelas forças do monarca de Marrocos Sidi Muhammad ben 'Abd Allâh. O longo período de mais de três séculos e meio passados na Berberia foi caracterizado, sobretudo, por um clima de guerra quase permanente. Os Portugueses tinham de recorrer à protecção das muralhas e à ligação marítima com a metrópole, de onde chegavam os abastecimentos e os reforços em caso de perigo. O historiador Oliveira Martins levou ao extremo a evocação do estado de guerra quando escreveu: «Ficávamos nas praças de Marrocos, como a bordo das nossas naus; porém as naus iam, vinham, livremente pelos mares, multiplicando a força, distribuindo o castigo; ao passo que as praças de África eram pontões imóveis, ancorados, constantemente batidos pelas vagas da mourama tempestuosa.» A sugestiva frase do grande escritor carece, no entanto, de rigor se aplicada a todo o tempo português do Magrebe; assinale-se, desde logo, que os

«pontões imóveis» eram bases indispensáveis para muitos desses navios que, mesmo assim, não andavam «livremente pelos mares», apossados como eram pelos piratas e outros inimigos.

Algumas vezes celebraram-se pazes com os reis de Fez ou de Marraquexe, com as tribos que habitavam os arredores das praças ou com os chefes de algumas povoações. Chegou mesmo a negociar-se uma aliança entre Portugal e o sultão de Fez, dirigida contra o xarife, rei de Marraquexe. O grau de conflitualidade variou muito. O costume introduziu regras de luta que ambas as partes respeitavam para evitar a efusão de sangue e a consequente espiral de violência. Durante longos períodos houve apenas incursões de surpresa, por iniciativa de ambos os contendores, para fazer cativos (e obter os respectivos resgates) e roubar gados e os produtos das colheitas. Em redor de algumas fortalezas constituíram-se grupos de mouros de pazes que aceitavam a soberania portuguesa, pagavam tributos e integravam-se no seu exército. O maior óbice ao alargamento das regiões pacificadas foi a dificuldade dos fronteiros em prescindirem do saque, como escreveu o alcaide Yahya ben Tafuft ao rei D. Manuel: «Senhor, o dia que de Portugal parti me encomendaste a paz e que eu a compresse por meu dinheiro, e fiz tudo o que me Vossa Alteza mandou: fiz a paz com tudo aquilo que eu pude, que nunca se tal fez nem viram em Duquela em nenhum tempo; e apanhei tôdalas pagas e as trouxe a Safim em obra de quinze dias, e não dei nem peitei por fazer a paz nenhum dinheiro de vossa fazenda; e o capitão e os cavaleiros que cá estão não querem paz, senão guerra, e isto fazem por não terem nenhum proveito da paz, nem do serviço que eu faço, por não terem que tomar, nem que repartir; e por este respeito me querem todos fazer mais mal do que podem.»

Entre escandalizado e perplexo, o alcaide mouro queixa-se e interroga o rei: «Agora não sei que de mim faça. Trouxe de Vossa Alteza um regimento e o capitão manda que faça cá outro. Peço a Vossa Alteza que me faça justiça, me mande dizer o que hei-de fazer de mim e dos meus, no que receberei muita mercê.» Esta carta em aljamia, isto é, em língua portuguesa mas escrita em caracteres árabes, foi publicada por David Lopes nos *Textos em Aljamia Portuguesa* (duas ed., 1897 e 1940).

A demorada permanência dos Portugueses no Magrebe pode ser dividida em alguns períodos dotados de características parcialmente diferentes que variaram consoante se referem a praças situadas a norte ou a sul de Marrocos, à evolução política naquele país e, ainda, à conjuntura «imperial» portuguesa, ritmada por dinâmicas assimétricas comandadas pela situação interna, a ordem internacional, a polarização em alguns territórios ultramarinos ou a selecção de prioridades económicas. A região norte de Marrocos dependia do reino de Fez e o Sul integrava-se no reino de Marraquexe. Durante o século XV o poder central tinha a sua sede em Fez, onde residiram os soberanos das dinastias merínida e oatácida, esta depois de 1472. As regiões periféricas, em especial o Sul, obedeciam dificilmente ao poder central. Por isso, os Portugueses puderam estabelecer uma «suserania» ou um «protectorado» sobre algumas cidades costeiras como Meça, Safim e Azamor. A cidade mais importante ao sul era Marrâkux, fundada no século XI pelos Almorávidas. Cada vez menos dependente de Fez, formou-se o reino de Marrâkux, cujo nome os Portugueses adaptaram para reino de Marrocos. Os xarifes sáidas, senhores de todo o país depois de 1549, residiam na cidade de Marrocos e este nome estendeu-se a todo o reino.

Nas línguas estrangeiras designa-se, modernamente, a cidade com o nome de Marraquexe (Marrakech em francês) e o país com o nome de Marrocos; em árabe diz-se al-Mamlakatu al-Magribiyya (o reino magrebino) ou, abreviadamente, Magrib (Magrebe).

O primeiro período da presença portuguesa decorreu entre 1415 e 1471. No norte foram ocupadas Ceuta e Alcácer Ceguer, esta em 1458. Foi uma época de marcada hostilidade na região do estreito de Gibraltar em que avultam os cercos a Ceuta, o desastre de Tânger, em 1437, e as entradas ou algomavarias de D. Afonso V e do infante D. Fernando, sobrinho e herdeiro do infante D. Henrique, tendo numa delas, em 1464, sido morto D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer. Cerca de 1448-1450 acentuou-se o interesse pelas potencialidades económicas do Sul de Marrocos. Os Portugueses iniciavam o comércio com a zona de Arguim e apercebiam-se da habituação dos povos daquela zona aos produtos marroquinos, sobretudo aos tecidos, pelo que procuraram assenhorear-se daquele tráfico. A *Crónica dos Feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, narra os acontecimentos ocorridos até 1448, quando de uma viagem de interesse comercial de Valarte: terminava a fase de «conquista», impunha-se criar condições para o comércio com o Sul de Marrocos. O primeiro período expansionista português terminava assim com uma clara assimetria dos interesses em Marrocos: militar e estratégico na zona do Estreito, comercial e dialogante na região meridional.

A conquista de Arzila, em 1471, coroa a política de ocupação restrita no Norte com o domínio do Algarve Dalém e, graças à paz com Mulei Xeque, aproxima durante décadas Portugueses e Marroquinos numa convivência que pode ser definida como soberania limitada no Norte e protectorado sobre algumas povoações do Sul. Mulei Xeque, antigo senhor de Arzila, ao firmar a paz com os Portugueses

ficou livre para prosseguir a guerra contra Fez e, em 1472, dar início à dinastia oatácida - perdera uma cidade mas ganhou um reino! O rei português podia distribuir livremente terras, cargos e benefícios nos seus Lugares Dalém e nas terras que pertenciam tradicionalmente às respectivas circunscrições.

A paz de 1471, confirmada depois da retirada da Graciosa em 1489, era negociada no ano seguinte com Mafamede Anum, embaixador do rei de Fez junto de D. João II. A doação régia de Beni Arôs e Beni Kmah, na região de Arzila, em 18 de Agosto de 1490, a Talha Larocy, alcaide de Alcácer Quibir, revela algumas das consequências das pazes. D. João II doou aquelas terras, «com todas suas entradas, saídas, fontes, montados, pacigos [pastagens], foros, rendas, direitos, trebutos e pertenças asi como todo a nós de direito pertence», com a condição de «fazendo nosos capitães guerra [a] alguns lugares e terras das nosas per qualquer maneira que seja, ou alevantando-se alguns contra nós ou lhe nós quisermos mandar fazer guerra que ele o faça asi tam compridamente, leal e fielmente como o faria cada hum de nosos capitães». Algumas das cláusulas seguintes configuram uma situação do tipo «ser amigo dos amigos e inimigo dos inimigos», neste caso, «Barrajoe [Ali ben al-Rashíd, alcaide de Xexuão, o Barraxe dos textos portugueses], ou a quaesquer outros que nam forem da terra de Moley Xequé». O alcaide deveria pagar anualmente um bom cavalo, entregue em Arzila, e o rei de Fez confirmaria as condições da doação.

Prosseguia no Sul de Marrocos o relacionamento comercial dos Portugueses. Várias cidades acolheram feitorias para armazenar os produtos e facilitar as trocas. Para isso eram adaptadas casas já existentes ou construíam-se novos edifícios, aumentando sempre o número dos agentes do rei de Portugal ou de simples particulares atraídos pelas

ocasiões de negócio que o trato de Arguim e da Mina alimentava com grossos proventos.

A fase seguinte da colonização portuguesa assumiu propósitos de domínio tanto no Norte como no Sul de Marrocos. As pazes foram rompidas no Norte cerca de 1500, enquanto no Sul as operações de guerra se acentuaram com a construção do Castelo de Santa Cruz em Agadir (1505), do Castelo Real em Mogador (1506) e com a tomada de Safim (1508). É uma fase que podemos designar de «imperialista» se somarmos aos dados anteriores a intenção assumida por D. Manuel I de fazer em pessoa a cruzada em Marrocos (1501 e 1503), o estabelecimento de um centro abastecedor regional na ilha da Madeira, a manutenção de uma vasta zona de mouros de pazes à volta de Safim e de Azamor e as expedições contra a própria cidade de Marraquexe.

O fugaz período que culmina a presença lusíada em Marrocos começou a declinar com o desastre de Mamora (1515), as mortes de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim (1516) e de Yahya ben Tafuft, alcaide dos mouros de pazes de Duquela (1519), e o aparecimento dos xarifes sáidas na região do Suz. Trata-se de um período caracterizado por uma longa guerra de desgaste ao sul em que os xarifes, depois da conquista de Marraquexe (1524), se apresentam como campeões da fé muçulmana contra os cristãos invasores. Apesar de um curto período de paz celebrado em 1537 com D. Rodrigo de Castro, capitão de Safim, englobando Mazagão e Azamor, essa época termina com a conquista de Agadir pelos xarifes (1541) e o abandono de Safim e de Azamor no mesmo ano. Ao norte, as guerras prosseguiram com curtos intervalos, como durante a paz negociada em 1538, ou mesmo os projectos de aliança entre o soberano oatácida de Fez e o rei de Portugal contra a ameaça xarifina. As derrotas do sultão de Fez eram relatadas pelos próprios mouros aos capitães portugueses em termos

elucidativos sobre o seu possível entendimento. A 9 de Agosto de 1536, o alcaide Mawlay Ibrahim lamentava em carta a D. João Coutinho, conde de Redondo e capitão de Arzila, a derrota do sultão de Fez pelo xarife: «Porque sei que V. S. terá paixam de nosa mofina e desbarato, detremynei a fazer este coreo [correio] pera lhe dar conta.» E termina em tom amistoso: «Ei-lhe querydo dar hesta conta, pelo que sei que lhe á de pezar por nosso deshastre. Espero em Deus nos aja de ajudar pera restetuir ho pasado. Se V. S. de mim he desse reino mandar halgua cosa se fara mylhor que dantes. As mãos da Senhora Condessa bejo.» A possível aliança entre os reinos de Portugal e de Fez contra os xarifes tinha a oposição dos marabutos e outros notáveis muçulmanos, pelo que não chegou a celebrar-se. A queda de Fez em 1549 marcou o fim da dinastia oatácida e da presença portuguesa em Arzila e Alcácer Ceguer.

A partir de 1550 os Portugueses mantiveram apenas Mazagão, ao sul, e Ceuta e Tânger, na zona do estreito de Gibraltar. Nessas praças construíram-se novas e poderosas fortificações. O período seguinte foi assinalado pelos acontecimentos ligados ao cerco de Mazagão (1562) e à batalha de Alcácer Quibir (1578). Depois de 1580, os Filipes obliteraram os acordos vigentes sobre o «direito de conquista» do reino de Fez, reconhecido a Portugal, e conduziram as principais acções através dos seus súbditos espanhóis. Ocuparam Larache em 1610 e Mamora em 1614. Os Portugueses acantonaram-se à sombra das fortalezas e perderam a capacidade de intervenção no reino marroquino que tantas vezes fora decisiva em épocas anteriores.

As principais tarefas impostas pela presença portuguesa na África do Norte foram, de início, o transporte de homens e abastecimentos e a fortificação das praças ocupadas. As necessidades de transporte obrigaram à adaptação de uma frota numerosa, capaz de navegar em todas as condições de

tempo para atender aos assédios de surpresa e à solução dos problemas da ancoragem, dificultada por uma costa inóspita e por estuários incapazes de permitir a passagem de navios grandes. A solução encontrada foi a de fazer obras portuárias de certo vulto em lugares como Arzila, construir barcos pequenos e rápidos capazes de utilizar o remo ou a vela, estudar as condições de acesso e prover as praças de piloto hábil nas manobras dos navios que demandavam os portos. O veleiro dos descobrimentos, a caravela, foi muito utilizado nas rotas da África do Norte. Outro navio, a taforeia, adaptado a transporte de cavalos, foi frequentes vezes usado em Marrocos e, mais tarde, também no Oriente.

Duarte Pacheco Pereira descreveu no *Esmeraldo de situ orbis* (circa 1505-1507) os principais acidentes da costa de Marrocos e os cuidados a tomar. Sobre a ancoragem em Ceuta afirma: «E quando venta Levante, podem pousar as naus de dentro de Almina da banda de aloeste onde está ua praia, e chamam ali ‘o porto de el-rei’; e pousarão nas vinte braças e estarão meia légua da terra em fundo limpo. E ventando Ponente, podem pousar detrás de Almina em outro tal fundo da banda do levante.» Depois de referir o lugar de Alcácer Ceguer e a antiga cidade de Tânger, indica as condições de navegação do Estreito que eram fundamentais para assegurar a coordenação entre os portos portugueses por troca de informações. Além do correio marítimo, as praças portuguesas comunicavam, em caso de perigo, disparando certos tiros de artilharia, modo limitado e inseguro por depender das condições do tempo. Informa o *Esmeraldo*: «E quem fazer este caminho [de Ceuta para o Atlântico] irá fora do [cabo] Espartel, em mar, dele duas léguas e meia. E daqui lança a maré nove horas pera dentro, pera o Estreito, e três horas pera fora.» A descrição de Arzila é sugestiva das dificuldades de acesso à costa ocidental magrebina: «E no recife de Arzila se não deve entrar sem

piloto da terra, ou pelos sinais que naquela entrada são postos, *scilicet*, dous mastos, em terra, que estão em dentro do canal per onde os navios devem entrar [...] E dentro do arrecife podem pousar navios pequenos até trinta e cinco tonéis, mas amarrem-se bem do vento noroeste que é ali travessão e mete dentro grande ressaca que lança os navios a perder.» Face às dificuldades do fundeadouro de Arzila em comparação com a barra de Larache, resulta claro que o interesse português pela conquista da primeira derivava da proximidade de Tânger e do desejado aproveitamento das cascas e fortificações já existentes para o senhorio português.

As praças do Sul localizavam-se nos dois mais importantes povoados costeiros da região, Azamor e Safim, e em duas amplas baías escolhidas pela facilidade dos seus ancoradouros, Mazagão e Agadir. Quando da expedição a Azamor, em 1513, já se sabia que a sua «entrada é pera navio pequeno» e mais que «a barra e canal deste rio muitas vezes se muda». D. Jaime, duque de Bragança, chefe da empresa, mandou rumar a Mazagão porque «esta angra é bom porto pera navios grandes». Em Safim os Portugueses tiveram de suportar as condições adversas da orla marítima porque «tudo ali é praia e costa brava». Assim, «o navio que ali pousar guarde-se do vento oeste, porque neste porto é travessão». A província de Suz, na zona sul de Marrocos, «é muito fértil de pão, carnes, pescados, mel, cera, courama e outras muitas mercadorias em que se faz muito proveito; e assi há aqui ouro que os Alarves trazem da Guiné per terra». Um comerciante, João Lopes de Sequeira, mandou ali erigir uma fortaleza para sede do tráfego de tantos produtos. Para isso escolheu a ampla baía de Agadir, em lugar abrigado dos ventos, «o qual tem a dita angra em que pode pousar qualquer nau grande, em fundo limpo e boa ancoração, em quantas braças quiserem surgir, segundo a grandeza do navio». A acertada escolha que os mareantes portugueses

fizeram dos lugares de Agadir e Mazagão, no início de Quinhentos, fica comprovada pelo facto de serem hoje dois dos melhores portos marroquinos.

A fortificação das praças era muito cuidadosa. Os melhores architectos e os mais hábeis artífices colaboraram no planeamento das traças e na execução das obras, algumas das quais de proporções monumentais, como a torre de Arzila, o castelo do mar em Safim e a fortaleza de Mazagão. Quase todas ainda perduram e, restauradas, constituem valiosos centros de interesse cultural e turístico para o reino de Marrocos. Distinguem-se dois períodos na construção das fortificações, separados pela tomada do Castelo de Santa Cruz em Agadir (1541) pelo xarife Mawlây Muhammad Shaykh. O seu exército fora equipado com artilharia e como ocupava o monte, em plano mais elevado que o forte português, pôde facilmente arruinar as suas muralhas. A derrota obrigou a rever o sistema defensivo das restantes praças, por forma a evitar a repetição de desastres.

Entre os architectos que trabalharam em Marrocos conta-se Boytac, que esteve em Arzila no fim de 1508, depois do cerco em que os Mouros tomaram a cidade, tendo os Portugueses encontrado refúgio no castelo. Em 1514 estava em Alcácer Ceguer e, no ano seguinte, participou na expedição a Mamora, onde devia dirigir a construção da fortaleza, para que já ia preparado um castelo de madeira, a fim de servir de abrigo em caso de ataque. Os Portugueses tinham-se habituado a levar construções desmontadas desde que Diogo de Azambuja fora construir o Castelo da Mina, em 1481. Em Aguz, pequena fortaleza situada na foz do rio Tensift, hoje conhecida por Soeira Quedima, os habitantes do local continuam a afirmar que os Portugueses a construíram numa noite. Em relação a Mamora, expedição que terminou em desastre, a escolha do lugar da fortaleza foi criticada pelo engenheiro Diogo de Medina. D. Manuel I, em

1511, encarregou Francisco Danzilho de reparar as muralhas de Arzila, Tânger e Alcácer Ceguer; este arquitecto dirigiu ali o trabalho de 800 homens oriundos do norte de Espanha. Em 1513 foi a vez de os irmãos Diogo e Francisco de Arruda fortificarem Azamor e, no ano seguinte, erigirem o primeiro castelo de Mazagão. A grande fortaleza que ainda hoje pode ser admirada nesta cidade foi construída no mesmo local por João de Castilho e João Ribeiro, a partir de 1542. Na traça do edifício trabalhou Benedetto da Ravenna e Francisco de Holanda, que escreveu em *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*: «As seguras fortalezas [são] de tijolo e não de pedra. Assim como se servio de mi el-rei e o ifante na fortaleza de Mazagão que he feita por meu desegno e modello, sendo a primeira força bem fortalecida que se fez em Africa, a qual desegnei vindo de Italia e de França de desegnar por minhas mãos e medir as principaes fortalezas do mundo (mas a de Mazagão não se fez de tijolo como a el-rei e ao ifante avisei, eles saberião o porquê).»

O perigo dos cercos demorados e a dependência em relação à metrópole em que os defensores se encontravam originaram curiosos sistemas defensivos, como o da protecção à «porta do mar» ou da «ribeira», por forma que o acesso marítimo estivesse sempre livre de inimigos. Para isso construíram-se as chamadas «couraças», troços de muralha geralmente perpendiculares ao perímetro das fortificações, a fim de impedir a passagem dos Mouros quando pretendessem atacar os pequenos barcos que faziam o transbordo de homens e mercadorias dos navios de maior tonelagem, obrigados a permanecer ao largo. Em Portugal são bem conhecidas as couraças de Montemor-o-Velho, de Coimbra e de Silves; Robert Ricard acrescentou a de Mértola a este número. Em Marrocos existiam couraças em Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger, Arzila, Mazagão e Safim.

Na *Crónica de D. Afonso V* Rui de Pina intitula o capítulo 141: «De como se fez em Alcacere a coiraça para defensão e segurança da vila, e como D. Duarte, capitão, se houvera de perder.» E escreveu a seguir: «El rei entendeu logo no fazimento da coiraça d'Alcacere, por cuja mingua quando tornou sobr'ella de Ceuta a não pôde socorrer nem bastecer como quizera; porque era mais afastada do mar, do que cumpria para navios sem impedimento e contradição dos de fora a poderem prover.» Em Tânger, parece que já existia a couraça quando da expedição de 1437. Rui de Pina diz: «Quisera Çalla ben Çalla, que ho Ifante com os Christãos, por mais sua segurança entraram *[sic]* pelo Albar e embarcassem pela Coyraça, mostrando que assy convinha, porque nom se podia resistir à contumacia dos Enxouvios, e o Ifante por experimentar a verdade de sua teençom mandou pela mesma Coyraça levar aos navios alguus doentes.» Por este passo se conclui que a couraça servia também de molhe antes da ocupação portuguesa e que depois se alargou a sua utilidade como elemento defensivo. Robert Ricard lembra a sua existência no Oriente, em Diu, onde «da parte que cae a entrada do porto, em lugar em que podia aver desembarcação, tem huma couraça em que estão assestadas muitas peças de artilhena, que varejão ao longo do porto e ao mar».

As couraças constituíam um valioso complemento da fortificação das cidades costeiras e comprovam a adaptação dos Portugueses à guerra marítima, buscando as suas amarras nas ilhas ou em pontos do litoral com acesso permanente ao mar. No Oriente, quando D. Manuel I decidiu assegurar o domínio da região, procurou fortificar as ilhas de Angediva, Socotorá e Ormuz, entre outros lugares situados nas estradas comerciais de então, conforme dispõem o regimento dado a D. Francisco de Almeida em 1505 e a carta régia de 1506. O Império Português beneficiava de múltiplas experiências e de

desafios diversos onde surge com clareza a capacidade lusitana de receber influências, ganhar experiência, reter e aplicar as soluções mais engenhosas nas diferentes latitudes e entre povos de vários graus de civilização.

Marrocos era um país muito rico em gados de que os habitantes se serviam para a alimentação e aproveitamento das peles. Ainda hoje se mantém essa abundância, uma constante da sua economia, valorizada pela indústria de curtumes e fabrico de vestuário. O gado andava habitualmente nas pastagens, mas, quando os seus proprietários viviam numa povoação amuralhada, por razões de segurança, reservava-se-lhe um lugar no perímetro das fortificações, chamado «albacar», nome que em árabe significa o gado vacum. Em passo de Rui de Pina já citado, refere-se que na retirada de Tânger os Portugueses deveriam atravessar o albacar; este reduto, já existente em algumas cidades ibéricas no período muçulmano, foi muito frequente nas praças que Portugal deteve em Marrocos que dependiam da criação de gado para a sua alimentação. Outrossim recorda a frequência das entradas e almogavarias no território mouro em que a apropriação dos animais que pastavam, ou que estavam recolhidos, constituía um dos principais objectivos.

O fosso que rodeava as praças era um importante elemento de fortificação porque, quando cheio de água, se tornava uma sólida barreira à aproximação de estranhos e factor de insularidade quase total. Em Mazagão, uma comporta que se chamava «buxa» ainda hoje existente, situada entre os baluartes, do Santo Espírito (ou do Combate) e de Santiago (ou do Anjo), permitia reter a água da maré durante a vazante. Em Ceuta, como a cidade ocupava o estreito istmo entre o continente e a península de Almina, foi escavado um largo e profundo fosso que transformou a praça portuguesa numa ilha ligada a África

apenas por uma ponte levadiça. Ceuta e o morro de Almina ainda hoje conservam o seu aspecto insular com barcos de pesca e de recreio a navegar na cava ou fosso da antiga fortaleza, embora tivesse sido construída recentemente uma segunda ponte junto ao baluarte de São Sebastião, para o que foi necessário destruir uma parte do espigão da couraça.

Além das muralhas e dos fossos das fortalezas existia uma série de obras auxiliares de defesa que se situavam no campo exterior e que ocupavam uma extensão variável conforme a importância da praça e a topografia do local. Procuravam responder às diferentes táticas de cerco empregues pelos Mouros e às depredações causadas nos campos de cultura que ali se encontravam e que constituíam valioso recurso para a alimentação dos moradores e, ainda, obviar aos ataques de surpresa por forma a impedir, por exemplo, uma súbita incursão da cavalaria marroquina. Em frente da «porta do campo» erguia-se um ou mais revelins e, depois, uma série de valos e tranqueiras que embaraçavam notavelmente os movimentos dos inimigos. Por vezes os Portugueses eram surpreendidos nesses lugares por mouros emboscados, mas, porque estavam à vista das sentinelas postadas sobre os muros das fortalezas, a sua presença era quase sempre neutralizada.

O desejo de cultivarem os campos extensos e férteis que se espraiavam em redor das fortalezas, a necessidade de pastagens para o gado, a recolha de lenha, o abastecimento de água, a caça e a pesca, mesmo sem considerar as «entradas» e almogavarias, eis um conjunto de necessidades e tentações para os habitantes das praças deixarem a sombra acolhedora das muralhas e se internarem no solo magrebino. Ali espreitavam os mouros desejosos de obter cativos a fim de conseguirem o dinheiro dos resgates ou trocas com aqueles que haviam caído nas mãos dos Portugueses, vingarse de mortes ou destruições ou, finalmente, participar na luta

contra os cristãos que os cacizes e morábitos continuamente lembravam. Os defensores das praças dispunham de uma última e extensa linha de defesa, as atalaias, pequenas torres erguidas no alto das colinas que se situavam ao redor das fortalezas, donde os vigias, que tinham o mesmo nome daquelas construções, observavam o território e, quando suspeitavam de algum perigo, davam «rebate» ou aviso para a torre cimeira da fortaleza, que recebia também o mesmo nome de «rebate». A sentinela que ali se encontrava fazia soar o sino para «tocar a rebate». Atalaias e vigias dispunham de um mastro com um sinal para indicar que o campo estava seguro porque livre de inimigos. Algumas das palavras usadas nestas operações têm origem árabe, como atalaia e rebate, o que indica a sua filiação ou paralelismo com o que se passava do lado muçulmano.

Mazagão foi visitada, em 1602, pelo francês Jean Mocquet, que nos informa como ali se «segurava o campo»: «Todos os dias de manhã saem de Mazagão cerca de quarenta de cavalo que vão descobrir o campo e nele ficam até ao meio-dia; e depois desta hora saem outros quarenta que só voltam à tardinha. Seis deles, chamados atalaias, tomam lugar em postos afastados e ficam de vigia; e, se eles descobrem qualquer coisa de suspeito, recuam rapidamente e, visto este movimento da vigia da povoação, dá logo duas ou três badaladas, ao mesmo tempo que os outros de cavalo correm na direcção da atalaia em perigo. Para dar sinal à praça há em todos os lugares onde as atalaias se postam um grande pau de madeira, à maneira de mastro, ao alto da qual içam com uma corda uma espécie de bandeira.»

D. Fernando de Meneses, capitão de Tânger, descreveu a forma utilizada para «segurar» a cidade do Estreito: «Na torre mais alta do castelo se levanta outra pequena e quadrada em que assiste uma vigia ou facheiro com um sino, em que faz sinal do que se vê no mar ou no campo; dá rebates e seguro

com badaladas diferentes; está no alto um masto ou facho [...] A obrigação dos atalaias é descobrir os quatro terços em que de mar a mar se divide o campo com todas as ciladas e partes perigosas que há nelas, e vão todos com tanta ordem e compasso que uns de outros se não adiantam para que descobrindo algum deles os mouros, como de ordinário sucede, se possam os mais recolher sem perigo [...] E ainda que é sempre grande risco das atalaias, e os mouros de contínuo lhe armam com espingardas e gente de cavalo nos postos e ciladas que necessariamente hão de descobrir [...] O remédio de assegurar os atalaias é umas vezes com atalhadores a pé ou a cavalo cortar e atalhar o campo para conhecer pelas trilhas dos caminhos e portos [passagem entre montanhas] se entraram mouros; outras com escutas que estando de noite nos terços que parece se não vem mouros dão neles vistas aos atalaias fora dos valos e lhe asseguram os postos».

Os dois grupos mais importantes entre os habitantes das praças de Marrocos eram os fronteiros e os moradores. Os primeiros, fidalgos ou gente nobilitada, viviam ali períodos curtos, geralmente dois ou três anos, acompanhados por membros da sua casa ou servidores, segundo a sua condição. Procuravam evidenciar-se em feitos de guerra, em cavalgadas ou almogavarias por terras de mouros e, assim, ganhar jus às recompensas reais. Era uma forma de *cursus honorum*, de procura de ocasiões para estar «ao serviço do rei», preenchendo uma folha de serviços a fim de granjear as benesses reservadas aos que cometessem feitos ultramarinos. Um exemplo deste processo: Vasco de Pina, cavaleiro em Marrocos, vedor das obras do primeiro castelo de Mazagão (1514) e um dos portugueses que atacaram a própria cidade de Marraquexe, foi mais tarde nomeado contador e alcaide-mor do Mosteiro de Alcobaça. Em 1532, tendo sido alvo de algumas acusações, procurou desagrar-se em carta ao rei, a

qual retrata o perfil psicológico do fronteiro português na Berberia. Depois de enumerar os seus serviços e os ataques de que era vítima, exclama: «que treições, que mortes de homens, que molheres forçadas, que roubos, que maldades são estas para que com tanto vitupério seja tratado um cavaleiro como eu?! Que ainda que destruíra a mata [de Alcobaça]: também destruí muitos mouros na guerra. Que queimara o pinhal de Pederneira: também queimei as portas de Marrocos, cidade de mouros tam famosa [...] ». E termina: «perdi muitos cavalos que me mataram os mouros entre as pernas, derramei meu sangue por muitas feridas, passei muitos medos, sofri muitas afrontas e nelas fiz muitas valentias e honrados feitos. Senhor, não ponha Vossa Alteza a cavalaria em tamanho desprezo [...] ». Francisco de Andrada, ao escrever a *Crónica de D. João III*, salientou o exagero na descrição de alguns feitos praticados em Marrocos e a dificuldade de prova nos relatos a que tivera acesso. No entanto, este autor escreveu depois da batalha de Alcácer Quibir, quando estava em causa o bom fundamento da expansão para o Norte de África.

A designação de moradores cabia aos civis que habitavam nas praças, mas que, naturalmente, também combatiam, conforme a sua capacidade, em ocasião de cerco ou quando vítimas das ciladas dos Mouros. Englobavam um conjunto de mercadores, artífices, mulheres, velhos, inválidos, escravos e outros, mistura heterogénea que costuma acompanhar os exércitos, vivendo à sombra dos soldos dos homens de guarnição. Com o decorrer do tempo, devido ao aumento da complexidade dos serviços e do comércio, muitas pessoas, incluindo fronteiros, passaram a residir permanentemente em África. Quando do abandono de algumas cidades, como no caso de Mazagão, havia moradores ali instalados há várias gerações. O mesmo fenómeno aconteceu em Ceuta e Tânger, as duas cidades que permaneceram portuguesas durante mais

tempo depois de Mazagão. A presença lusitana em terras magrebina foi muito dilatada: em Mazagão durante 255 anos, em Ceuta 225 e em Tânger 191. Muitos portugueses mantiveram a sua residência em Ceuta depois de o governo da cidade não ter reconhecido a realeza de D. João IV

Os judeus estiveram sempre ligados às praças portuguesas do Norte de África, fossem eles naturais de Portugal, Castela ou Marrocos. Eram bastante numerosos na Berberia, onde eram tolerados pelos muçulmanos, e chegavam a ocupar cargos políticos de relevo. Quando o sultão 'Abd al-Haqq tomou conta do governo (1458-1465) nomeou ministro o judeu Harûn. Este foi contestado pela sua política de aumento dos impostos e por ter suprimido os privilégios dos xarifes e dos marabutos. Estes homens, considerados entre os Muçulmanos como detentores da *baraka* (bênção de Deus) por serem descendentes do Profeta, no caso dos xarifes, ou por dons de santidade que o sufismo (misticismo) exaltava nessa época de *jihâd*, ou guerra santa contra os cristãos, amotinaram os habitantes de Fez e provocaram a morte do sultão. Havia, tal como no mundo cristão, perseguições ocasionais aos judeus. No entanto, a regra era a sua aceitação, por parte de ambos os adversários, como agentes comerciais e de redenção de cativos. Encontramos judeus empenhados no comércio entre o Reino e as praias de Marrocos e entre estas e a Berberia. Quando da ordem de expulsão dos judeus de Espanha e Portugal, as medidas persecutórias tomadas na Península não foram aplicadas com o mesmo rigor em Marrocos. Os cristãos-novos também não sofreram as perseguições de que foram alvo no Reino e a Inquisição de Lisboa, a cuja jurisdição pertenciam os lugares de África, só raramente teve de investigar acusações com tal origem. Nas praças portuguesas sobrepunha-se o realismo político à lei antijudaica, uma „ vez que precisavam da respiração económica e informativa que advinha da Berberia e que lhes

era assegurada pelos judeus. D. Agostinho Ribeiro, bispo de Ceuta, durante a visita à praça de Mazagão em 1607-1609 fez publicar uns estatutos a serem observados pelos judeus e outros infiéis. As suas cláusulas contrariavam abertamente o clima de tolerância em vigor e, por isso, o capitão D. Manuel Mascarenhas não permitiu a sua aplicação. O conflito então aberto foi dirimido pelo rei Filipe II, em Maio de 1610, por decisão favorável ao capitão e aos judeus, a quem, além de outras facilidades, continuava permitido o uso do traje habitual.

As praças portuguesas de Marrocos foram aproveitadas para lugar de expiação de culpas e cumprimento de degredo pelos condenados por toda a espécie de crimes. As fortalezas espanholas desempenharam idêntico papel, pelo que, na literatura europeia da época, os lugares ocupados pelos cristãos na África do Norte surgem frequentemente designados por «presídios». Depois da conquista de Ceuta, D. João I assinou-lhe logo tal função: «muitos de meus naturaes que per alguus negocios sam desterrados de meus regnos, melhor estaram aqui fazendo serviço a Deos, e comprindo sua justiça, que se hirem pollas terras estranhas e desnaturarem-se pera todo o sempre de sua terra.»

O recurso aos degredados para um mais rápido povoamento das ilhas atlânticas nem sempre surtiu efeito. De início, os condenados chegaram a fugir dos navios e preferiam combater em Ceuta «porquanto as ditas ilhas nom eram tais pera em elas homes poderem viver». A persistência do infante D. Henrique permitiu acudir às necessidades das ilhas ao mudar várias vezes o degredo de Ceuta para as novas terras acrescentadas ao senhorio português. No entanto, a grande maioria dos condenados continuava a ser enviada para os lugares de África e aí inscrita no «livro dos homiziados». Havia degredados das mais diversas condições sociais nas praças magrebina. Um dos mais célebres foi D.

Vasco Coutinho, conde de Borba, que, tendo sido expulso do Reino a fim de cumprir uma pena em Arzila, veio a ser nomeado capitão da praça que depois permaneceu na posse da sua família por muitos anos.

Cristãos e muçulmanos estiveram frente a frente em Marrocos durante vários séculos. Em período tão dilatado, muitas pessoas mudaram de campo por razões e pretextos variados, indo engrossar o partido contrário. Houve mouros que se converteram ao cristianismo e foram baptizados. Conhecidos por mouriscos, acompanhavam, por vezes, as algomavarias em território marroquino; alguns chegaram a ser almocadéns, cargo de importância na dianteira do exército. Quando apanhados pelos Mouros eram sempre castigados. Assim sucedeu com Gonçalo Vaz, que, ao seguir por mar de Tânger para Arzila, onde era almocadém, foi aprisionado por uma fusta de mouros e barbaramente supliciado em Tetuão (Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*).

Vários cristãos que passaram a Marrocos renegaram a fé e abraçaram o islamismo. Neste caso eram circuncidados, o que equivalia a uma marca indelével da sua subordinação (que podia ser voluntária ou não) ao credo pregado por Maomé. Depois da introdução do Santo Ofício, no caso de regressarem, poderiam ser perseguidos, pelo que muitos se apresentavam a esse Tribunal, que, frequentemente, aceitava as razões da episódica filiação muçulmana dos arrependidos. Os renegados chamavam-se a si próprios «elches» (do árabe 'ilj, «estrangeiro») e eram atraídos pelas excelentes condições oferecidas pelos reis marroquinos aos que estavam dispostos a servir nos seus exércitos ou que possuíam habilitação técnica para o fabrico de armamento. Martim Vieira, capelão do infante D. Henrique, fugiu para os Mouros quando do cerco de Tânger; na mesma ocasião um elche regressou às hostes cristãs (Rui de Pina. *Crónica de D. Duarte*).

A chefia de cada praça foi confiada a um capitão, cargo essencialmente militar, e, por isso, o rei procurava escolher um fidalgo de jerarquia adequada e cavaleiro distinto. Comandante superior do exército, competia-lhe também a responsabilidade do governo civil da praça. Alguns capitães conseguiram direitos de propriedade para si e sua família, como os Meneses em Ceuta e Alcácer Ceguer e os condes de Borba e Redondo em Arzila.

O adail era o adjunto militar do capitão e a ele «pertencia o governo dos Almocadens, Almogavares, e da mais gente com que em Africa se fazião surtidas de cavallaria». O governo do castelo dependia do alcaide-mor coadjuvado pelo alcaide-menor. A guarda da porta do mar, ou da ribeira, e a responsabilidade pela segurança do lugar de desembarque eram assumidas pelo alcaide do mar. O anadel era o oficial que dirigia os besteiros e espingardeiros. O condestável respondia pela artilharia em serviço nas praças.

O governo da Fazenda pertencia ao contador, a segunda pessoa na hierarquia da praça. Apesar de não ser personagem militar, na falta do capitão, cabia-lhe o governo até que o rei nomeasse um sucessor. Outros funcionários da Fazenda eram o escrivão dos Contos, o porteiro dos Contos, o almoxarife dos mantimentos e o escrivão e medidor do almoxarifado.

Os cuidados de saúde estavam confiados ao físico, ao cirurgião e ao boticário. O físico, assim se designava o médico, era um dos funcionários mais bem remunerados das praças. A sua tença anual era ultrapassada apenas pelas do capitão, do contador e do escrivão dos Contos, conforme o estipulado no regimento dado ao capitão de Tânger em 1472. Gozavam de grande prestígio junto dos próprios marroquinos. O doutor Duarte Rodrigues, por exemplo, era consultado pelos membros da corte de Fez e, para esse efeito, chegava a deslocar-se àquela capital (v. *Anais de*

Arzila). Acontecia também o contrário: quando D. Gonçalo Coutinho, governador de Mazagão, adoeceu não havia médico na praça, pelo que Mulei Zidão, sultão de Marrocos, lhe enviou o seu médico pessoal, o judeu José Valença.

A procura de cativos e a obtenção dos respectivos resgates era um dos principais objectivos da guerra entre mouros e cristãos. Esta actividade pressupunha a existência de estruturas habilitadas a assegurar as negociações entre os adversários. Este serviço foi muitas vezes confiado a judeus, mas existia um cargo específico, o de alfaqueque, nome derivado da palavra árabe que designava idêntica função entre os mouros. Na qualidade de resgatador de cativos, o alfaqueque fazia frequentes viagens a terras de Berberia, tal como o seu homólogo mouro visitava as praças portuguesas. Estes homens recolhiam, naturalmente, muitas notícias sobre os movimentos, forças e intenções do inimigo, o que se traduzia em multiplicados perigos, mas a sua missão era quase permanente porque concretizava a negociação dos almejados resgates ou a troca de cativos.

Os cristãos eram resgatados, geralmente, por preços mais elevados do que os fixados para os mouros, pelo que numerosos cativos só conseguiam a liberdade contra o pagamento em numerário e não por troca. Para a obtenção das quantias exigidas concorriam os mamposteiros e a Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, que faziam peditórios por todo o país.

A administração superior das praças de Marrocos era orientada pelo rei que nomeava os capitães e alguns dos principais funcionários, sobretudo os que ocupavam os cargos da Fazenda: contador, escrivão dos Contos, porteiro dos Contos e almoxarife dos mantimentos. No século XV, o infante D. Henrique, e depois o infante D. Fernando, filho de D. Duarte, possuíam algumas prerrogativas no governo das praças de Marrocos, o que causou conflitos com a Coroa.

A falta de coordenação da política portuguesa no Norte de África, onde se impunham os acordos entre os diferentes capitães e os chefes mouros locais (e, por vezes, mesmo com o poder central), causou graves dificuldades, sobretudo na condução de campanhas militares conjuntas. Robert Ricard (em *Les Sources inédites de l'Histoire du Maroc, vol. V*) salientou a falta de um vice-rei ou governador-geral para o Marrocos português, a fim de unificar a chefia de praças isoladas e com poder reduzido.

O desenvolvimento da marinha de guerra e de transporte foi uma das consequências da ocupação das cidades costeiras de Marrocos. As operações de corso multiplicaram-se a partir das bases portuguesas e assemelhavam-se às entradas em território mouro. Por vezes, estas eram dirigidas dos navios que desembarcavam os guerreiros em algum ponto da costa. Tal perigo provocou a diminuição de habitantes ao longo da orla marítima. As *Crónicas* de Gomes Eanes de Zurara descrevem muitos desses ataques concebidos como empresas de interesse económico.

A manutenção de um exército permanente em África teve consequências marcantes no evoluir da sociedade portuguesa. Grande parte dos militares e dos marinheiros que partiram para o Oriente havia feito previamente alguma «comissão de serviço» em Marrocos. As Ordens Militares, criadas para combater os muçulmanos durante o movimento das Cruzadas, revelavam, no século XV, um manifesto desinteresse pelas acções bélicas. D. Manuel I procurou revigorar o antigo espírito de luta com a criação de novas comendas destinadas a premiar os que combatassem em Marrocos.

A existência de colónias de portugueses em território hostil exigia meios adequados de abastecimento. A carência maior das praças foi sempre a de cereais panificáveis, já que dispunham de algum gado no interior das fortalezas, ou em

reduto adjacente (albacar), que fornecia carne e leite, e era fácil a pesca nas águas da orla atlântica. O provimento em trigo chegava-lhes da metrópole, das ilhas, de vários lugares da Europa e, desde o início do século XVI, da feitoria de Andaluzia. As compras de cereais em Marrocos, os tributos pagos pelos mouros de pazes e o produto dos saques foram um recurso aleatório, de volume considerável em época de paz, mas quase nulo em situações de guerra. A Casa de Ceuta era o organismo que, no Reino, coordenava o abastecimento das cidades portuguesas de Marrocos; sendo a primeira instituição ultramarina em Portugal, veio a constituir o modelo adoptado para as Casas da Guiné, Mina e Índia. Só foi extinta em 1770, depois do abandono de Mazagão, última possessão lusíada no Magrebe.

A Santa Sé e a Igreja em geral apoiaram a presença portuguesa em Marrocos através de um suporte jurídico vinculativo e de benefícios espirituais e materiais muito grandes. Importa lembrar a moldura eclesial em que decorreu a expansão: a África fora cristã, havia que a reconquistar para os cristãos. A nomeação de bispos *in partibus infidelium* (assim se designavam os prelados que não podiam ocupar as suas sés por se encontrarem em lugares de infiéis) começou no século XIII. As Ordens Mendicantes forneceram os missionários destinados à conversão dos muçulmanos. Foi nessa época que ocorreu o sacrifício dos Santos Mártires de Marrocos, cujo culto preparou os espíritos para a necessidade da reconquista da Berberia.

A nomeação de Frei Aimaro, confessor da rainha D. Filipa, para a sede episcopal de Marrocos, em 1413, quando se preparava o exército que veio a conquistar Ceuta, comprova a intenção de domínio da África que animava os dirigentes portugueses. A sucessiva criação de bispados em Ceuta e, precedendo a sua posse, em Tânger e Safim ilustra a bênção espiritual que o papado lançava sobre esses

empreendimentos. Os benefícios materiais que as bulas consignavam aos reis portugueses quando das expedições a Marrocos permitiam suportar boa parte das despesas do conflito entre os fiéis da Cruz e do Crescente.

III. O DECLÍNIO DA POLÍTICA AFRICANA: DE ALCÁCER QUIBIR AO ABANDONO DE MAZAGÃO

Durante o século XVI, debateu-se em Portugal qual o rumo a privilegiar na expansão ultramarina: o Norte de África ou o Oriente?

A política de abandono de algumas praças adoptada por D. João III, seguiu-se o projecto expansionista de D. Sebastião que terminou no desastre de Alcácer Quibir.

Os Portugueses guardaram Mazagão como uma relíquia do seu passado magrebino até que o Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, mandou erguer a Nova Mazagão no Brasil.

A presença portuguesa em Marrocos atingiu a sua maior extensão com as conquistas do reinado de D. Manuel I. Um rosário de praças-fortes sob o domínio cristão envolvia a costa atlântica magrebina e, junto de alguns desses lugares, as tribos de mouros de pazes aceitavam a soberania portuguesa, pagavam tributos e combatiam ao lado dos guerreiros lusos contra os seus opositores. As «entradas» dos cavaleiros cristãos chegaram a atingir os muros da própria cidade de Marraquexe, a capital do Sul da Berberia.

O final do reinado do *Venturoso* prenunciava a crise da aventura norte-africana, depois do desastre da Mamora (1515) e da morte de dois dos principais chefes, Nuno Fernandes de Ataíde, o valoroso capitão de Safim, e Yahya ben Tafuft, o caudilho berbere dos mouros de pazes da mesma cidade. As dificuldades económicas de 1521-1522 criaram condições negativas para a manutenção de praças dispendiosas para o erário público e carenciadas de atractivos para os homens da guarnição. Estes iam prestar serviço a

Marrocos para ascenderem na escala social, reservada aos funcionários e guerreiros ultramarinos, ou para alcançar a glória e o saque, possíveis em terras de mouros, com base nos «santuários» que constituíam as praças protegidas por sólidas muralhas. Além dos «fronteiros» que suportavam as suas despesas, a Coroa tinha de pagar soldos avultados aos servidores próprios e garantir o abastecimento dos habitantes das várias praças. Muitos dos serviços prestados na guerra de África foram recompensados com nomeações para rendosos cargos no Oriente. Essas benesses não se podiam multiplicar indefinidamente e subtraíam importantes receitas ao Estado.

Na última década manuelina impôs-se o poder dos xarifes sáidas no sul de Marrocos, os quais, graças à luta contra os Portugueses e contra os acomodaticios soberanos oatácidas de Fez, desequilibraram a seu favor a situação militar e viriam a iniciar uma nova dinastia. Os xarifes souberam captar dividendos do descontentamento popular pela presença estrangeira, catalisado pelos marabutos, de forma a unificar a luta contra o invasor. Os Portugueses aperceberam-se do perigo que os ameaçava e procuravam opor-lhe uma resistência eficaz. Além do aumento das fortificações e do armamento, diminuíram as almogavarias em território mouro e tentaram incrementar a actividade comercial. Um «diplomata» passou a residir frequentemente na cidade de Fez, encarregado da compra de trigo e da recolha de informações. Os contactos havidos foram tão cordiais que chegou a ser gizada uma aliança lusa e dos soberanos oatácidas de Fez contra os xarifes sáidas do Suz e de Marraquexe.

A viagem de Vasco da Gama abriu a rota directa para o Oriente e permitiu as conquistas de Afonso de Albuquerque. Essa vasta região atraiu muita gente pelas oportunidades criadas às iniciativas da Coroa e dos particulares, mas revelou a escassez de recursos humanos portugueses para preencher

as solicitações comerciais da Europa e das nações do Índico. Agudizou-se então o problema que vinha a colocar-se desde que, no reinado de D. João I, se romperam as fronteiras europeias: «Que expansão para Portugal? O império em África, a partir do núcleo já fixado nos Lugares Dalém, ou a Índia rica em especiarias e produtos exóticos? Qualquer que fosse a direcção escolhida, que política adoptar: conquista e domínio territorial ou apenas comércio entre essas regiões, a metrópole e a Europa? Estes aspectos têm sido largamente contemplados pela historiografia, algumas vezes oscilando entre a manifesta utilidade de metodologias enriquecedoras da análise de sociedades complexas (que não podiam adivinhar a sua evolução e os meios de que viriam a dispor) e a existência antagónica de duas políticas nacionais, geralmente designadas de fixação e de transporte.

A conquista de Marraquexe pelos xarifes do Suz, em 1524, foi feita a pretexto de uma expedição conjunta contra os portugueses de Safim. O exército xarifino entrou na cidade, fez assassinar o emir e proclamou rei Abu al-'Abbas Ahmad al-A'raj. Este, no entanto, continuou a reconhecer a autoridade nominal do sultão de Fez, o oatácida Muhammad, o *Português*, sobre o conjunto da Berberia (reinos de Fez, Marrocos e Suz, este com a capital em Tarudante).

Os xarifes pressionavam as tribos de mouros de pazes para quebrarem a aliança com os Portugueses recorrendo ao anúncio do *jihad* (guerra santa) e à pregação dos marabutos. Muitas cabildas mudaram os seus lugares de habitação junto da costa para terras situadas no interior, ao abrigo dos cavaleiros cristãos e das represálias dos muçulmanos radicais (marabutos, xarifes e confrarias). Houve, assim, um armamento de algumas zonas do litoral, à semelhança do que acontecia no Algarve Daquém, onde também as populações ribeirinhas viviam com receio de serem surpreendidas pelos

ataques dos piratas mouros e evitavam residir em lugares favoráveis ao desembarque dos inimigos.

D. João III planeou o abandono de algumas posições portuguesas em Marrocos e, nesse sentido, consultou diversas personalidades do Reino e pediu autorização ao papa para desafectar os lugares de culto aí existentes. Em três datas se situa a maioria das respostas: 1529-1530, 1534 e 1541. Quase todos os pareceres são negativos, invocando razões de honra e de prestígio, e sugerem o alargamento da acção portuguesa. Pretendem os conselheiros que se conquistem os reinos de Fez e de Marrocos, lembram os feitos heróicos dos antepassados, o sacrifício do infante D. Fernando, a promessa de boas colheitas no fértil chão marroquino e a posição de Portugal no concerto das nações. A sintonia dos pareceres não tornava fácil a ordem de despejo das praças, apesar dos evidentes embaraços económicos da Fazenda e da posição de D. João III, claramente favorável à retirada.

Alguns conselheiros assumiam posições de compromisso. D. Jaime, duque de Bragança, em parecer datado de 1529, aconselhava o rei a largar Agadir e a derrubar as suas muralhas para que não fossem aproveitadas pelos Mouros. Azamor e Safim deviam ser conservadas. As praças do estreito de Gibraltar deveriam ser cedidas à Ordem do Hospital, que havia perdido a ilha de Rodes em 1522, ou ao imperador, que possuía forças suficientes para as guardar. D. Jaime, conquistador de Azamor em 1513, justifica o seu conselho: «me parece que o rei de Portugal nom é poderoso pera acabar a conquista do reino de Fez, senom se tivesse tanto dinheiro que pudesse trazer d'outro cabo cinquenta ou sesenta mil homens, com suas casas movidas para povoar, e imdo ganhando e edificando e povoando tudo junto». O duque concluía que a conquista de Marrocos só seria possível se seguida de povoamento; revelava, assim, conhecer bem a realidade política e social magrebina.

Gonçalo Mendes Sacoto, um dos valorosos capitães de África, poeta cujas composições figuram no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e adail-mor do reino de Portugal, foi também consultado. No seu parecer sublinha algumas razões para a continuação da guerra, as quais, tantas vezes repetidas e comentadas, estão na origem da insistência na conquista de Marrocos e motivaram a jornada de D. Sebastião: «esta guerra d'África é ua alâmpada que está ardendo diante de Deus, segundo nossa fé; e no coração dos outros reis de Cristãos de muita enfinda enveja, por nom terem outra tão eixelente conquista e vertuosa para salvação de suas almas e enxalçamento de seus estados e enxercicio de suas pessoas e dos naturais de seus reinos, e assi é muito grande verdade que estes lugares d'Afriga alevantarom grandemente fora dos reinos e dentro neles o estado de Portugal». Acrescentava este capitão que fora encarregado pelo rei de derribar Aguz em 1525 e que então o xarife fizera este irónico comentário: «quem desfazia o seu, nom tomaria o alheo». E o capitão remata, sem temor, com um desafio: «todos vemos que a desposição desta conquista e tão santa guerra vos tem encrinado a este serviço de Deus, também lhe lembrara que *nom é nada ser rei se com a lança na mão nom quisesse saber pera quanto era*». Esta prevenção de um cavaleiro de África fazia depender a autoridade real do empenho que ele revelasse na luta contra os inimigos. Neste ambiente foi criado D. Sebastião e se forjou a suprema desventura de Portugal.

O cerco posto a Safim em 1534 levou D. João III a fazer nova consulta aos seus conselheiros. O monarca pretendia saber se devia largar Azamor e Safim ou construir novas fortificações; neste caso, qual a maneira de sustentar as praças em homens e dinheiro? A maioria das respostas continuou favorável à guarda de todas as posições portuguesas; surgiram, no entanto, algumas aberturas à mudança em virtude de tão gravosa situação para o erário

público e para a gente que as guarnecia. Neste sentido se pronunciou D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago, e D. Fernando de Meneses, bispo de Lamego. Este apoiava o abandono de Safim, Azamor e Agadir; quanto a Mazagão, «parece que pode e deve ficar bem enfortalecido pois pode ser socorrido quando cumprir». David Lopes comentou: «Não só por não ter vindo resposta de Roma, como pela maioria dos seus conselheiros se ter pronunciado contra o abandono destes lugares, o governo de D. João III sobreteve no seu projecto e esperou os acontecimentos, que lhe não tardaram a dar razão». A demora no abandono de alguns lugares de África, cuja defesa exigia avultados recursos, demonstra quanto se hesitava sobre o rumo da expansão, tolhidos que estavam os conselheiros entre o apelo do Oriente, rico, variado e misterioso, e o anelo do império no Algarve Dalém. A proximidade geográfica foi, de resto, o mais poderoso argumento a favor da conquista do Magrebe, aquele que subjaz à empresa do *Desejado*. Camões a ele se referiu:

*Não tens junto contigo o Ismaelita
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue ele do Arábio a lei maldita,
Se tu pela de Cristo só pelejas?*

*Não tens cidades mil, terra infinita,
Se terras e riquezas mais desejas?
Não é ele por armas esforçado,
Se queres por vitórias ser louvado?*

*Deixas criar às portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despovo o Reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando a longe!*

*Buscas o incerto e incógnito perigo,
Por que a Fama te exalte e te lisonje,
Chamando-te Senhor, com larga cópia.
Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia!*

A falta de condições políticas para o abandono de algumas praças africanas, conforme desejava o *Piedoso*, ocasionou algum descuido nas obras de defesa e na qualidade da guarnição. Entretanto, os Mouros haviam conseguido armamento moderno graças ao contrabando de europeus, apesar das proibições da Igreja e dos governos cristãos. Alguns elches (assim eram conhecidos os renegados) fabricavam armas em Marrocos, atraídos pelas elevadas pagas que os xarifes e demais chefes não cessavam de anunciar. Nessa época, a arte militar evoluía rapidamente com o emprego de armas de fogo cada vez mais aperfeiçoadas em especial de artilharia. A praça de Santa Cruz de Cabo de Guer, em Agadir, situada junto à praia, era dominada pela contígua montanha do Pico. Em 1541, o xarife Mawlay Muhammad Shaykh instalou algumas peças de artilharia nessa elevação e conseguiu vencer a resistência da vila depois de arruinar as suas muralhas. Morreram ou renderam-se os portugueses de Santa Cruz, mas rendeu-se também o xarife aos encantos de D. Mécia, filha do capitão D. Guterre de Monroy, com quem veio a casar-se. Muitos dos cativos não mais puderam regressar a Portugal. Homens e mulheres dispersaram-se por várias cidades da Berberia, sobretudo Marraquexe e Fez, e, depois de se converterem ao Islame, alguns desempenharam cargos importantes junto do sultão e dos xarifes. Estes acarinhavam os elches que serviam no exército ou que eram peritos em ofícios de utilidade para a guerra, tais como os ferreiros e bombardeiros. Os cativos portugueses da batalha de Alcácer Quibir muitas vezes

beneficiaram do auxílio desses elches que continuavam a guardar sentimentos de afeição e de saudade pela sua antiga pátria

D. João III, ao tomar conhecimento da perda de Agadir, ordenou o abandono de Safim e Azamor, o que ocorreu em fins de 1541. A autorização da Igreja foi dada pela bula *Licet Apostolicae Sedis*, de Novembro do mesmo ano. Fora necessária uma tragédia para que os dignitários eclesiásticos e os conselheiros régios, interessados em manter as pequenas colónias de portugueses em Marrocos, permitissem a alteração do mapa ultramarino português.

O monarca, após este desastre, mandou proceder a grandes obras na praça de Mazagão, tendo sido chamados a dar parecer os melhores arquitectos do tempo. Francisco de Holanda, Diogo de Torralva e Benedetto da Ravenna fizeram algumas traças, tendo sido escolhida a do último. As obras foram dirigidas por João de Castilho e por João Ribeiro. A nova fortaleza foi construída à volta do castelo primitivo, cujo piso inferior foi transformado na mais bela cisterna erguida pelo engenho lusitano.

O xarife Mawlay Muhammad Shaykh apoderou-se do reino de Fez em 1549. Apesar de um pretendente oatácida ter prolongado a luta até 1554, com apoio português, as ilações eram fáceis de tirar sobre a sorte das possessões portuguesas do estreito de Gibraltar. D. João III ainda tentou um último esforço, em 1549, mandando construir um forte no Seinal, a elevação que dominava Alcácer Ceguer, tal como o Pico se erguia junto a Agadir. A qualidade medíocre dos portos e a necessidade de concentrar meios obrigaram ao abandono, no ano imediato, de Arzila e de Alcácer Ceguer.

Os Portugueses permaneceram apenas em Ceuta, Tânger e Mazagão depois de 1550. A escolha das duas primeiras cidades obedeceu a critérios semelhantes aos que motivaram a sua conquista. A posição estratégica de ambas, como

«portas do Estreito», engrandecia a potência que detivesse o seu controlo, valioso nos aspectos militar e comercial (as bases marítimas entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico continuam a ser um problema político delicado nos nossos dias). A presença portuguesa nessas cidades mantinha esperança na conquista de Marrocos e era penhor de fidelidade aos avoengos: Ceuta, conquistada por D. João I, e Tânger, símbolo do martírio do Infante Santo. Ao sul, Mazagão assegurava a passagem a um possível ataque ao reino de Marraquexe. A fortaleza oferecia condições de defesa porque se situava em terreno plano e junto de uma baía com pouso seguro para as embarcações que demandassem o porto.

A opinião pública não aceitou bem a política de abandono de D. João III. O desejo de um império, quase impossível, agitou sucessivas gerações de portugueses. Alexandre Herculano não deixou de julgar este transe histórico. Escreveu em *A Perda de Arzila* e no *Canto do Adail*:

*Arzila, a guerreira,
Lá jaz na aflição,
Que a rendeu aos mouros
El-rei D. João.
Tomar-te-á Deus contas,
Rei fraco e prasmado,
De tão grande viltá,
Do teu grão pecado
[...]*

*Era o tempo da glória da cruz!
Ora contam-se as páreas d'Ormuz;
Tem só nome Cochim, Calecut!
E esses muros d'Arzila, regados
Com sangue de mártires mil,*

*Ermos hoje tu deixas, rei vil,
Porque o Estreito passou Rais Dragut!
[...]*

*Mercadores! - deixai vosso cravo,
A canela, a pimenta, o marfi;
Os vestidos de seda despi;
Ponde, em vez de colar, um gorjal.
Vela e remo soltai no mar bravo;
Vinde junto de nós combater;
Nós que Arzila deixámos perder,
Porque el-rei... é um rei desleal.
[...]*

Este sentimento de Herculano sobre D. João III deve ser entendido como provindo do poeta em busca de tema e não do historiador. Em outros aspectos da sua obra revela uma dicotomia, consoante escreve romance ou história. Sirva de exemplo a civilização árabe de al-Andalus julgada severamente em *Eurico, o Presbítero* ou nas *Lendas e Narrativas* e considerada sob ângulo diferente na *História de Portugal*. Não obstante, aquela poesia de Herculano traduz o julgamento alargado dos povos sobre o reinado do *Piedoso*, logo depois da decisão de abandono das praças, movido, sobretudo, pelos colonos que as habitavam. A frustração destes homens pode ser ilustrada pela figura de Bernardo Rodrigues, que, depois do regresso ao Reino, escreveu nos *Anais de Arzila*: «E porque minha entenção não é outra senão que como se perdeu tão assinalada vila, não se percam tantos e tão assinalados feitos, como nela se fizeram, especialmente polos ilustres capitães os condes de Borba e o do Redondo, seu filho, e assi por outros capitães que nela foram até o despejo dela.»

O abrandamento do esforço colonizador português em Marrocos não provocou a diminuição da luta dos Mouros contra essa presença. Houve, no entanto, períodos de paz e até de aliança contra os Turcos, então muito activos no Mediterrâneo Ocidental. A vida do capitão Luís de Loureiro é exemplar a mais de um título: governou Mazagão depois de 1541, quando ali se construíram as grandes fortificações ainda hoje existentes, presidiu ao despejo de Arzila em 1550 e veio a morrer em combate contra os Mouros, em 1553, quando era capitão de Tânger!

Mawlay 'Abd Allâh al-Gâlib, sultão de Marrocos depois de 1557, pretendeu repetir o feito do seu antecessor em Agadir apoderando-se de Mazagão. As escaramuças começaram em 1559 e prolongaram-se nos anos seguintes, o que levou a regente D. Catarina a pedir parecer sobre o abandono da praça: «é o lugar de Mazagão que, quanto a efeito que dele se pode pretender, parece que não é de tanta obrigação que por razão dele se ajude vir a tão grandes inconvenientes, pelo que parece cousa necessária e de muito serviço de el-rei alevantarse o dito lugar». Enquanto se resolvia decidir o assunto em Cortes, a regente mandou retirar de Mazagão parte da gente de cavalo, as mulheres e as crianças. Em Julho de 1561, o embaixador Jean Nicot dava conta ao rei de França do projecto de despejo da praça e da perda de reputação que acarretava.

A notícia chegou também ao xarife, que apressou os preparativos e veio pôr cerco à fortaleza em Março de 1562. A resposta dos cidadãos portugueses foi imediata, sem esperar a decisão da rainha. Uma «lembança» coeva descreve os acontecimentos: «A este cerco começou logo acudir muita gente, uns que mandavam, outros que se iam sem nos mandarem [...] E a rainha mandou recado à torre de Belém que não deixasse passar nenhuma vela para fora sem seu certo recado.» D. Sebastião tinha, nesta data, pouco mais de 8

anos; parece útil sublinhar tal facto, porquanto o alvoroço que sacudia o Reino deve ter impressionado a criança real quando pôde comparar a política de abandono de D. Catarina com o entusiasmo popular: «os cidadãos da cidade de Lisboa [...] de improviso fizeram mil homens de guerra para o socorro. que logo mandaram, e outros tantos fizeram os oficiais mecânicos da dita cidade, os quais davam o dinheiro com muito grande alvoroço e contentamento». O cerco durou cerca de três meses e nele se praticaram actos de grande valentia. A vitória teve grande eco no Reino e em toda a cristandade, tendo sido celebrada no próprio Concílio de Trento.

As Cortes reunidas em Lisboa, no final de 1562, votaram contra o abandono das praças de África, propondo mesmo medidas excessivas, como o fim dos Estudos de Coimbra e a aplicação da sua renda à guerra. Além das resoluções das Cortes, o *Discurso Panegírico*, que acompanhava os votos dos procuradores dos concelhos, afirmava que era «mais justa e mais conveniente a conquista de África que a da Índia [...] esta estava muito longe e não rendia cousa que com ela se não tornasse a gastar, e aquela estava perto e era muito prejudicial à Hespanha a sua vizinhança e convinha domá-la e estender nela o Império Lusitano». Este foi o «recado» que as Cortes, em particular os representantes do povo, entregaram ao regente e ao jovem rei que, ainda menor, iniciava a corrida para o seu destino fatal.

Nos anos seguintes continuou o perigo turco a assolar o Mediterrâneo Ocidental: não só as praças portuguesas e espanholas eram ameaçadas, mas toda a costa da Península e o próprio reino de Fez poderiam ser vítimas dos turcos e dos mouros de Argel, conforme escrevia o cardeal D. Henrique ao conde de Castanheira em Abril de 1563 (J. Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*, p. 50 da sep.). Para conjurar o perigo, o regente

português aceitou ao pedido de Filipe II para participar na conquista do Pinhão de Beles, importante posição estratégica situada junto a Melila. A frota portuguesa, comandada por Francisco Barreto, era composta por 1 galeão, 8 caravelas e alguns bergantins e fustas, com mais de 300 cavaleiros e 1500 soldados!

A extensão dos territórios ultramarinos sujeitos a Portugal e a modéstia dos meios disponíveis para intervir em tão diferentes e longínquos lugares ofereciam um contraste muito acentuado durante a regência anterior ao governo de D. Sebastião, quando se formou a personalidade daquele que seria a testa coroada do Reino.

Os *Lusíadas*, escritos nesta época, traduzem a vertigem de Império de muitos portugueses, a consciência das dificuldades que o ameaçavam e os «atrevimentos nesta pequena casa lusitana»:

*A vós, ó geração de Luso, digo,
Que tão pequena parte sois no mundo;
[...]*

*Vós, Portugueses, poucos quanto fortes
Que o fraco poder vosso não pesais;
[...]*

*De África tem marítimos assentos,
E na Ásia mais que todas soberana;
Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara.*

(Canto VII)

Na segunda metade do século XVI acentuava-se a hesitação sobre a melhor forma de viabilizar a construção

política erguida graças aos descobrimentos e conquistas. Os estadistas da época deixam perceber, em numerosos documentos, as preocupações que os afligiam, tal como os escritores as revelam nas obras literárias. O abandono de várias praças de África nada resolvera no plano financeiro e abriu uma chaga na força moral de muitos portugueses. Foi necessário construir uma nova e dispendiosa fortaleza em Mazagão e melhorar as defesas de Ceuta e de Tânger. O cerco de 1562 e os alertas sucessivos a propósito de ameaças às praças do Estreito continuavam a exaurir os escassos recursos do País.

Os sucessos das armas portuguesas no século XV e na primeira metade da centúria seguinte tinham criado um mundo submetido às leis lusitanas por onde circulava uma rede de funcionários, militares, comerciantes e muitos servidores de diversa condição dedicados à continuidade do Império e fiéis à Coroa. Esta multiplicava os mecanismos destinados a manter coesa a estrutura do Estado, a matriz cristã, o serviço real, os interesses económicos da corte e dos Portugueses. Com essa finalidade se aperfeiçoaram as cadeias de comando, garantia de fidelidade ao monarca, de que são exemplo as diferentes vias de sucessão no governo da Índia. Nesse contexto assistiu-se à implantação e desenvolvimento do Santo Ofício. Apesar das medidas cautelares, a administração ultramarina tinha dificuldade em suprir as carências crónicas do mundo confiado à sua gestão.

Jaime Cortesão, impressionado com a energia vital e a variedade de recursos que a época exigiu aos Portugueses, concluiu pela existência de uma «mística dos descobrimentos» que os teria levado a «mares nunca dantes navegados». Um dos esteios da sua argumentação residia no franciscanismo que seria actuante no Reino. Esta tese não obteve o sufrágio dos historiadores pela presciência que

implica e, entre outras razões, pela decadência que a Ordem de São Francisco já sofria no século XV.

Durante a época dos descobrimentos e conquistas, os Portugueses habituaram-se ao exercício do poder, às oportunidades de obter riqueza e aos movimentos de ascensão social; muitas vezes à tirania, à cobiça e ao carreirismo, mas também a lances heróicos, a feitos de cavalaria e até ao martírio. Tudo isto gerou mais uma «mística de império», um desejo de continuação de uma época dourada em risco de desagregação, do que o generoso programa demiúrgico sugerido por Cortesão.

A crise do Império era acompanhada pela crise da realeza. Ora, em face da primeira, apenas a Coroa podia opor resistência eficaz. As dificuldades financeiras, a escassez dos exércitos, a frequência dos naufrágios e a dureza da guerra eram elementos adversos, superados, habitualmente, pela força, recursos e imaginação dos monarcas de Avis. Assim «os barões assinalados» tinham construído o vasto organismo político ligado pela fidelidade ao Rei e à religião. Nele circulava, célere, redentor, unificador, o idioma aventureiro e crítico de Fernão Mendes Pinto, a língua heróica e amorosa de Camões.

D. Sebastião foi educado e condicionado neste espírito de grandeza imperial e de ardor guerreiro em que tantos dos seus vassalos comungavam. Afinal, quase sempre fora assim com os reis e restantes membros da família real portuguesa durante a dinastia de Avis. D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II tinham combatido em Marrocos. O infante D. Henrique fora um dos grandes paladinos dessa guerra. O *Infante Santo* morrera cativo em Fez. D. Fernando, pai de D. Manuel, sobrinho e herdeiro do *Navegador* honrou a sua memória em contínuos combates no Norte de África. O próprio rei D. Manuel projectou várias vezes a sua passagem a Marrocos: quando do cerco de Arzila, em 1508, quis

participar pessoalmente no socorro e com tal rapidez foi de Vila Viçosa ao Algarve que, diz o cronista, rebentou o cavalo. D. Luís, pai do prior do Crato, planeou a conquista do Magrebe; apesar da proibição régia, acompanhou o imperador Carlos V na empresa de Tunes em 1535! O vate não hesitou em assinalar a rota do novo rei - «De África as terras e do Oriente os mares» (Canto I) - e a forma de a prosseguir com êxito:

*Os cavaleiros tende em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente
Estendem não somente a lei de cima,
Mas inda vosso Império preeminente.*

(Canto X)

A escolha de África, e não do Oriente, explica-se, em parte, por razões de distância. Alguns territórios do Índico ficavam a três ou quatro anos de Lisboa, período necessário para um navio levar uma ordem a Malaca ou às Molucas e regressar com a resposta! Era muito difícil manter laços de disciplina e obediência política nessas condições. A autoridade de um poder soberano conforma-se mal com um «comando à distância» e, assim, a situação geográfica do Estado da Índia surge como um elemento a somar-se ao interesse português por Marrocos.

O poderio turco aumentou durante a menoridade de D. Sebastião e nos primeiros anos em que assumiu o governo. O perigo muçulmano, representado pelos Turcos, Persas e Mouros do Magrebe e dos países banhados pelo Índico, ameaçava sufocar a cristandade e confiná-la a uma parte da Europa. A vitória de D. João de Áustria em Lepanto (1571) permitiu aliviar a pressão no Mediterrâneo mas não limitou os Turcos a uma atitude defensiva. Em resposta, procuraram

dominar o resto da África do Norte que ainda escapava à sua influência. D. João de Áustria, na sequência da sua vitória, pretendeu erguer na Tunísia um reino de marca hispânica mas, em 1574 os Espanhóis foram vencidos. A queda de La Goulette e de Tunes nas mãos dos Turcos marca o regresso ao equilíbrio com a Espanha. A presença da frota otomana no Mediterrâneo Ocidental fez rever o estado da defesa das praças de Orão e Melila. D. Sebastião decidiu passar esse período em Ceuta e Tânger onde examinou as fortificações e teve algumas escaramuças com os Mouros.

Fernand Braudel escreveu que, depois de 1574 o Mediterrâneo encontrara finalmente a paz. Resultava do cansaço das guerras entre Espanhóis e Turcos e dos novos conflitos em que se envolveram na Europa do Norte e no Próximo Oriente, pelo que as duas potências rivais, no final desse ano, assinavam a paz por oito anos. Todavia, os países que ocupavam o extremo Ocidente da Europa e da África do Norte não tinham chegado ao ponto de equilíbrio. Os Portugueses continuavam a pensar na reconquista da Berberia e na formação de um império de fé cristã e fala lusitana.

Os preparativos de D. Sebastião para a campanha de África foram longos e cuidadosos. Em Fevereiro de 1572 publicaram-se novos estatutos para as Ordens Militares de Cristo, Santiago e Avis que determinavam que o hábito regular de qualquer das Ordens só seria lançado às pessoas que tivessem servido na *guerra de África* três anos contínuos; se tivessem permanecido na Índia durante o mesmo período, só poderiam candidatar-se ao hábito se provassem «serviços tão notáveis» que o merecessem. A primazia concedida aos cavaleiros de África ficou bem acentuada com benefício tão cobiçado. O rei era governador e perpétuo administrador das Ordens Militares desde que, em 1551, fora feita a união dos mestrados à Coroa. Apesar disso, D. Sebastião, durante os

dias em que permaneceu no mosteiro do cabo de São Vicente, armou-se a si próprio cavaleiro da Ordem de Cristo, diante do altar do santo que tomara por padrinho, «proferindo o voto das obrigações militares dos cavaleiros professos» (Queirós Veloso, *D. Sebastião*).

O rei português procurou rodear-se de partidários da guerra em África. Aos capitães das praças marroquinas recomendava a iniciativa nos combates. Tal ordem teve as consequências previsíveis: em Julho de 1573, Rui de Sousa de Carvalho, capitão de Tânger, foi morto em luta contra os Mouros. Para o substituir, D. Sebastião nomeou, com extensos poderes, seu primo D. António, prior do Crato, e enviou-o para aquela cidade do Estreito acompanhado por numerosos cavaleiros e soldados que excediam claramente as necessidades de defesa da praça. Criou o cargo de governador do Algarve, para o qual nomeou D. Diogo de Sousa, com a missão de prepararem os navios necessários à empresa africana. Finalmente, a estada do próprio rei, no Verão de 1574, em Ceuta e Tânger consagrou a escolha do Magrebe como teatro de operações, em vez do longínquo Oriente. Seria ali que Portugal, mais uma vez, se afirmaria no conjunto dos países europeus em combate com os Mouros e erguendo uma barreira ao expansionismo turco no Mediterrâneo Ocidental. A ocupação de Larache garantia o controlo do Atlântico e a luta contra os piratas turcos e mouros de Argel que ambicionavam aquela base de navegação oceânica. A guerra contra os Muçulmanos na Berberia justificava os benefícios materiais da cruzada e a bênção do papa, acrisolava a ideia imperial, assegurava a autoridade do Estado e restabelecia a fé e a confiança na monarquia.

A crise suscitada pelo problema da sucessão no trono marroquino forneceu o pretexto a D. Sebastião para intervir directamente naquele país. A origem do dissídio remonta a

1557, quando, após o assassinio de Mawlay Muhammad Shaykh, lhe sucedeu seu filho Mawlay 'Abd Allâh al-Galib. Dois dos seus irmãos, receosos pela sua segurança, abandonaram Marrocos e passaram ao serviço dos Turcos. Foram eles os xarifes Mawlay 'Abd al-Malik (Mulei Maluco dos textos portugueses) e Mawlay Ahmad (Mulei Amet). Quando 'Abd Allâh morreu, em 1574, foi aclamado rei seu filho Mawlay Muhammad al-Mutawakkil (Mulei Mahamet), prejudicando um tio, conforme a ordem de sucessão que teria sido instituída pelo fundador da dinastia. 'Abd al-Malik, que se tinha notabilizado ao serviço dos Turcos e participara na conquista de Tunes, obteve o seu auxílio e, depois de algumas batalhas em que venceu o sobrinho, foi proclamado sultão de Marrocos.

Mawlay Muhammad pediu a intervenção do monarca espanhol e, perante a sua escusa, dirigiu-se ao rei de Portugal. D. Sebastião concordou em preparar um exército para o repor no trono marroquino, em condições que não foram totalmente desvendadas. A expedição foi organizada rapidamente mas no meio de grandes dificuldades derivadas da carência de recursos em homens, armas e dinheiro, que há muito era conhecida. D. Sebastião não tinha planos definidos para depois da campanha; lembra D. João I que não previra nem governador nem exército para defender Ceuta após a conquista. Parece ter havido uma diferença sensível na mentalidade dos dois monarcas: enquanto o fundador da dinastia de Avis inscrevia a empresa numa ideia de reconquista cristã de África e de afirmação da realeza e do País, o *Desejado* olhava, seguramente, mais largos horizontes - talvez a coroação da «magestade» que Filipe II, depois da entrevista de Guadalupe, passara a incluir na titulação do rei de Portugal.

Um alcaide mouro, 'Abd al-Karim ben Tuda, governador do Norte de Marrocos e partidário do xarife destronado,

escreveu a D. Sebastião prometendo-lhe a cedência de Larache, caso uma guarnição cristã viesse ocupar a cidade. Enquanto aguardava resposta, entregou Arzila ao capitão de Tânger, facto de grande significado, dados os laços que prendiam a vila à presença portuguesa em Marrocos. A posição de Larache continuava, no entanto, decisiva. A falta de condições de acesso da costa marroquina constituía um escolho sério para a navegação. Durante o século XV, os problemas náuticos na ligação ao Magrebe tinham sido, sobretudo, de transporte.

A progressiva valorização da marinha de guerra nos países europeus e muçulmanos, em especial da frota otomana e dos seus aliados na África do Norte, levou à formação de poderosas esquadras como as que se defrontaram em Lepanto ou as que apoiaram os desembarques em Tunes. Tais armadas exigiam ancoradouros seguros e extensos, capazes de permitir a complicada manobra dos navios à vela e a remo sem perigo de choque. O sítio de Larache, apesar do medíocre valor do seu porto, incapaz para navios grandes e sujeito a variações de profundidade conforme as marés e o volume das águas do Lucos e seus afluentes, ganhara um valor estratégico considerável, na segunda metade do século XVI, para a marinha turca e dos mouros de Argel, por ser o porto atlântico mais próximo do Mediterrâneo e por constituir fácil refúgio dos piratas e perigosa base de ataque às terras cristãs. Filipe II, que dizia «solo Larache vale por toda el Africa», queria ocupar a cidade para contrariar as intenções dos Muçulmanos e impedir a pirataria numa zona sensível à navegação para o Novo Mundo e para as Canárias. O direito de conquista do reino de Fez continuava, no entanto, a pertencer a Portugal, reconhecido pela Espanha e outras potências cristãs desde o século XV, e, firme nos seus privilégios e precedências, D. Sebastião reivindicava a tomada desse porto. Queirós Veloso sugere mesmo que a entrega de

Larache, prometida pelo alcaide 'Abd al-Karim, contrariava os planos de D. Sebastião, que pretendia a sua conquista pela força. Talvez seja julgar por excesso a belicosidade do rei português e por defeito a sua intenção de dominar uma parte considerável da Berberia.

A batalha de Alcácer Quibir travou-se a 4 de Agosto de 1578 entre o exército português, comandado por D. Sebastião, auxiliado por um contingente mouro de Mawlay Muhammad e por mercenários europeus, contra as tropas marroquinas, chefiadas pelo sultão 'Abd al-Malik, apoiado pelo irmão Mawlay Ahmad. A batalha terminou com a derrota dos Portugueses e a morte dos três reis: D. Sebastião, em combate, Mawlay Muhammad, afogado, e 'Abd al-Malik, de doença ou talvez envenenado. O exército vencedor proclamou sultão o xarife Mawlay Ahmad que tomou o nome de *al-Mansûr*; Almançor, o *Vitorioso*.

Os cativos, em número de vários milhares, espalharam-se pelo território de Marrocos, tendo os fidalgos sido agrupados em Marraquexe, a capital da dinastia sávida. O cardeal D. Henrique nomeou D. Francisco da Costa para embaixador junto do xarife, encarregado de negociar o resgate dos fidalgos e de outras pessoas. O embaixador ofereceu-se para ficar como refém do pagamento da liberdade dos cativos, pelo que puderam regressar muitos portugueses. Durante a sua permanência em Marrocos, onde veio a falecer, D. Francisco da Costa compôs notáveis peças de teatro e poesia. Os cativos foram, em geral, bem tratados pelo sultão Almançor; alguns permaneceram no país, converteram-se ao islamismo e participaram no grande desenvolvimento que Marrocos conheceu até à morte do sultão em 1603.

Sob a dinastia filipina, as possessões portuguesas de Marrocos ficaram submetidas aos interesses da política espanhola no Mediterrâneo Ocidental. Esta postulava o equilíbrio entre as forças turcas e ibéricas e a neutralização do

reino de Marrocos. Almançor seguiu uma linha de independência do seu país em relação aos turcos e de boa vizinhança com a Espanha; diversificou os contactos diplomáticos com êxito, o que aumentou o comércio com a Inglaterra e outros países Europeus.

Filipe II manteve em seu poder os xarifes Mawlay al-Nasir (Mulei Nacer) e Mawlay al-Shaykh (Mulei Xequé nos textos portugueses), irmão e filho do sultão al-Mutawakkil, para exercer pressão sobre Almançor. Mawlay al-Shaykh converteu-se ao cristianismo, recebeu o nome de Filipe de África e foi intitulado Príncipe de Marrocos. Mawlay al-Nasir veio a morrer próximo de Fez em luta contra o sultão Almançor.

D. António, prior do Crato, solicitou o auxílio financeiro do rei de Marrocos para sustentar a sua pretensão ao trono português e, como garantia do pagamento, enviou-lhe seu filho D. Cristóvão, em 1588. Filipe II, quando soube da promessa de ajuda marroquina, propôs a Almançor a entrega de Arzila em troca da recusa deste em apoiar o prior do Crato. A proposta foi aceite, pelo que Filipe II, em 1589, ordenou à guarnição portuguesa de Arzila o abandono da célebre fronteira que assistira à partida de D. Sebastião para os campos de Alcácer Quibir.

A posse de Larache continuou a ser disputada entre a Espanha, a Turquia e a Inglaterra. Filipe II, que na sua qualidade de rei de Portugal dispunha de legitimidade de intervenção em Marrocos na óptica cristã, pretendeu obter aquele porto por troca com Mazagão, argumentando com o perigo que advinha para o xarife Almançor da sua posse pelos Turcos e seus aliados de Argel. A opção filipina por Larache, na mesma época da entrega de Arzila e do desinteresse por Mazagão, revela a estratégia da monarquia dual face a Marrocos: abandono do plano de conquista da Berberia, desejo da sua independência perante os Turcos e

garantia de domínio dos mares através da contenção dos inimigos e, em particular, dos piratas, mantendo-os afastados desta zona do Atlântico graças à ocupação dos melhores portos pelos Estados ibéricos reunidos sob o mesmo ceptro. Este plano foi concretizado quando os Espanhóis ocuparam Larache, em 1610, e Mamora, a que chamaram São Miguel do Ultramar, porto situado na foz do Cebu, em 1614.

As praças portuguesas beneficiaram, durante a primeira época filipina, da boa administração que Filipe II procurou assegurar no seu império. Almançor tão-pouco se interessou pela conquista desses lugares, cada vez mais encerrados nas suas muralhas e que tinham renunciado a desempenhar qualquer papel de intervenção no país em que tinham assento. O sultão tinha granjeado fama de grande potência para Marrocos depois da batalha de Alcácer Quibir e ocupava-se em ambiciosos planos de desenvolvimento económico, tendo fomentado a plantação da cana-de-açúcar na região do Suz. Durante o seu reinado conseguiu a conquista da zona de Gao e Tombuctu, muito rica em ouro. O comércio dos produtos marroquinos era assegurado principalmente pelos Ingleses e Holandeses, através dos portos de Safim, Mogador e Agadir, aspecto que acentua o declinar da influência ibérica no Norte de África.

A guarnição das três praças manteve-se em maioria portuguesa, conforme o que fora prometido nas Cortes de Tomar de 1581. A influência espanhola fazia-se sentir nas cidades do Estreito, situadas junto da costa da Andaluzia e que desta dependiam para o seu abastecimento em cereais.

Ceuta era objecto de vigia atenta pela sua importante posição estratégica em frente a Gibraltar. Já no Verão de 1578, Filipe II recomendava a D. Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz, abastecer os portos lusitanos, particularmente o de Ceuta, onde planeava enviar o engenheiro João Baptista Antonelli para reforçar as defesas da cidade.

A restauração da independência de Portugal, graças à aclamação de D. João IV, foi seguida por todos os territórios ultramarinos com excepção de Ceuta. Tinham-se ali instalado muitos soldados e colonos espanhóis, pelo que, quando chegou a notícia da revolução de 1640, o capitão D. Francisco de Almeida foi vencido pelo número daqueles que proclamaram a sua fidelidade a Filipe IV. O rei espanhol nomeou logo o Marquês de Miranda de Anta para governador e, anos mais tarde, em 1656, deu-lhe o título de «la fidelissima ciudad de Zeuta». No tratado de 1668, Portugal reconheceu a passagem de Ceuta à soberania espanhola.

A cidade de Tânger foi cedida à Inglaterra quando do casamento da infanta D. Catarina com o rei Carlos II. Em Novembro de 1661, uma esquadra inglesa comandada pelo conde de Sandwich tomou posse da cidade e a guarnição portuguesa regressou ao Reino. Os Ingleses poucos anos ali se mantiveram porque Mawlay Isma'il, o famoso *Rei-Sol* marroquino, procurou combater a presença das colónias europeias no seu país. Conseguiu reaver Mamora em 1681 e Larache em 1689, mas fracassou diante da cidade de Ceuta. Os Ingleses abandonaram Tânger em 1684, sem que os Portugueses obtivessem a devolução da cidade, logo ocupada pelos Marroquinos.

Mazagão ainda se conservou na posse de Portugal até 1769. Nesse ano, o sultão Sidi Muhammad ben 'Abd Allah veio pôr cerco à praça, que se defendeu com dificuldade devido à artilharia que destruía os muros e casas e matava os seus defensores. O governo do Marquês de Pombal, verificando a inutilidade da conservação da praça que não desempenhava outro papel além de «reliquia» do passado português em Marrocos, ordenou a sua evacuação e o regresso ao Reino dos seus habitantes. Durante as conversações que antecederam a saída obteve-se uma trégua

para evitar mortes. Na sua negociação lê-se uma curiosa referência: «antigamente reinava a boa fé entre os reis dos mouros e dos cristãos, que a palavra que mutuamente se davam era bem guardada e sagrada».

Os habitantes de Mazagão, depois de permanecerem cerca de dois anos em Lisboa, foram fundar Vila Nova de Mazagão no Brasil, segundo o plano do Marquês de Pombal de povoar a região do Amazonas. Ainda ali se conservam algumas lembranças da última colónia portuguesa no Magrebe, tal como perduram em Portugal memórias de antigos feitos marroquinos entre os descendentes de famílias de Mazagão. Um alvará de 1770 extinguiu «todos os empregos, officios e incumbências que dentro no Conselho da Fazenda, e fora dele se exercitavam com os títulos da Repartição de Africa, Gente de Tangere, Casa de Ceuta, e Mazagão que hoje não existem».

O fim da presença militar portuguesa em Marrocos abriu uma nova época nas relações entre os dois países, que normalizaram os seus contactos diplomáticos, desenvolveram o comércio e protegeram a navegação. Sucederam-se as embaixadas entre ambos os Estados e de tal forma a confiança cresceu que, em 1780, uma parte do tesouro de Marrocos foi colocada em Lisboa sob a custódia da rainha portuguesa. Os estudos de árabe conheceram notável incremento graças a Frei João de Sousa, ao estímulo de D. Frei Manuel do Cenáculo e à «escola» do Convento de Jesus.

Em Marrocos permanecem monumentos valiosos da época portuguesa. Algumas fortificações estão quase intactas como as de Arzila, Azamor, Mazagão e Safim. Outras necessitam restauro, como a vila, as muralhas e a couraça de Alcácer Ceguer. Entre as obras notáveis podem citar-se a torre de menagem de Arzila, a cisterna de Mazagão, o castelo do mar de Safim e a capela-mor da catedral da mesma cidade. Azamor e Mazagão são ainda povoações de face lusitana

dentro das muralhas da época, nas ruas de traçado típico e na afirmação das suas tradições. Esse aspecto tem sido mantido pelos serviços competentes de Marrocos.

Os Portugueses têm, no Magrebe, fama de grandes construtores: qualquer edificação antiga, mesmo situada longe da costa, é atribuída aos antigos povoadores de algumas praças da sua orla atlântica. Persistem marcas da presença portuguesa na toponímia, na língua dialectal, nos usos e costumes. E, acima de tudo, uma surpreendente e real estima entre os dois povos que souberam, «como fidalgos», ultrapassar os aspectos mais difíceis da sua história comum.

A palavra «fidalgo» serve, ainda hoje, para qualificar, na língua árabe dialectal de Safim, «capital» do Marrocos português na primeira metade do século XVI, qualquer acto praticado com generosidade de alma e nobreza de carácter!

FONTES

- ÁLVARES (Fr. João), *Trautado da vida e feitos do muito vertuoso s.^{or} ifante D. Fernando*, ed. por Adelino de Almeida Calado in *Obras*, vol. I, Coimbra, 1960. [Outra edição por Mendes dos Remédios, sob o título *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, 1911.]
- ANDRADA (Francisco de), *Crónica de D. João III*, introd. de M. Lopes de Almeida, Porto, 1976. [1ª ed., 1613. Trad. franc. por Robert Ricard, «Les Portugais et l'Afrique du Nord sous le règne de Jean III (1521-1557) d'après la chronique de Francisco de Andrade», in *Hespéris*, t. XXIV (1937), pp. 259-345.]
- BAKRI, AL - (Abu 'Ubayd), *Description de l'Afrique Septentrionale*, trad. por Mac Guckin de Slane, ed. rev., Paris, 1965.
- CASTRIES (Henry de), *Une description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed el-Mansour (1596) d'après un manuscrit portugais de la Bibliothèque Nationale*, texto port. e trad. franc., Paris, Ernest Leroux, 1909.
- CENIVAL (Pierre de), *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, texto port. do séc. XVI trad. e anot. por-, Paris, Paul Geuthner, 1934.
- COUTINHO (D. Gonçalo), *Discurso da jornada de D. Gonçalo Coutinho á villa de Mazagam e seu governo nella*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1629. [Trad. franc., introd., notas e índices por Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627) d'après le «Discurso» de Gonçalo Coutinho gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, Paul Geuthner, 1956.]
- Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião 1573-1578*, introd. e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Europress, 1987.
- Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, organiz. por Pedro de Azevedo, tomo I (1415-1450) e tomo II (1450-1456), Lisboa, Academia das Ciências, 1915-1934.
- Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, ed. por António Baião, Lisboa, Academia das Ciências, 1925.
- Documentos inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, organiz. por P. M. Laranjo Coelho, vol. I [e único], Lisboa, Academia das Ciências, 1943.
- ESAGUY (José de), *O Livro Grande de Sampayo ou Livro dos Vedores de Ceuta (1505-1670)*, sep. de *O Instituto*, vols. 93, 94, 97, 99 e 101,

- Coimbra, 1941. [Trad. esp., Libro de los Veedores de Ceuta (Libro Grande de Sampayo). 1505-1670, Tànger, ed. do Autor, 1939.]
- FAGNAN (E.), *Extraits inédits relatifs au Maghreb (Géographie et Histoire)*, tradução do Árabe e notas por-, Argel, Jules Carbonel, 1924.
- FIGANIER (Joaquim), «Descrição de Ceuta muçulmana no século XV», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, vol. 13 (1947), pp. 10-52.
- GALVÃO (Lourenço Anastásio Mexia), *Vida do famoso herói Luiz de Loureiro*, introd. de M. Lopes de Almeida, Porto, Portucalense Editora, 1946. [1ª edição, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1782.]
- GODINHO (Vitorino Magalhães), *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, ed. Gleba [vols. I e II] e Cosmos [1943]-1956.
- GÓIS (Damião de), *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, nova ed. conforme a primeira de 1566, 4 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955. [Trad. franc., introd. e notas por Robert Ricard, *Les Portugais au Maroc de 1495 à 1521. Extraits de la «Chronique du roi D. Manuel de Portugal»*, publ. do Institut des Hautes Études Marocaines, t. XXXI, Rabat, ed. Felix Moncho, 1937.]
- *Crónica do príncipe D. João*, ed. de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova, 1977. [Outra edição por Gonçalves Guimarães, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905.]
- IBN ABĪ ZAR' (Abū l-'Abbās Ahmad al-Fāsi), *Kitāb al-Anīs al-mutrib bi-rawd al-Qirtās fi ahhār mulūk al-Magrib wa-ta'rih madīnat Fās*, ed. por M. al-Hasimī al-Filālī, 2 vols., Rabat, 1936. [Trad. port. por Fr. José de Santo António Moura, *História dos soberanos mohametas das primeiras quatro dynastias e de parte da quinta, que reinarão na Mauritania, escripta em Arabe por Abu-Mohammed Assaleh*, Lisboa, Academia das Ciências, 1828. Tradução espanhola por Ambrosio Huici Miranda, Valência, 1948.]
- IDRĪSĪ, AL-, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, ed. do texto árabe e trad. Por Reinhardt Dozy e M. J. de Goeje, Leiden, 1866. [Ed. fac-similada, Leiden, E. J. Brill, 1968.]
- IFRĀNĪ, AL-, (Abū 'Abd Allāh Muhammad b. al-Hājj Muhammad b. 'Abd Allāh), *Nuzhat al-hādī bi-ahbār mulūk al-qarn al-hādī*, publ. e trad. por O. Houdas, *Nozhet elhādī. Histoire de la dynastie saadienne au Maroc (1511-1670)*, 2 vols., Paris, Ernest Leroux, 1888-1889.
- JORDÃO (Levy Maria), *Bullarium Patronatus Portugaliae Regum in Ecclesis Africae, Asiae atque Oceaniae*, 5 vols., Lisboa.

- LEÃO AFRICANO [Jean-Léon l'Africain], *Description de l'Afrique*, trad. por A. Épaulard, notas por A. Épaulard, Th. Monod, H. Lhote e R. Mauny, 2 vols., Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien-Maisonneuve, 1956.
- LÉVI-PROVENÇAL (E.), «Une description de Ceuta musulmane au XV^e siècle», in *Hespéris*, vol. XII (1931), pp. 145-177. [Texto árabe de al-Ansari, *Ihtisar al-Ahbar*; traduzido por Joaquim Figaniér e por Joaquín Vallvé Bermejo.]
- MARMOL CARVAJAL (Luis del), Descripción generale de Affrica, con todos los successos de guerras que a avido entre los infieles, y el pueblo christiano, y entre ellos mesmos desde que Mahoma inveto su secta, hasta el año del señor mil y quinientos y setenta y uno, 3 vols., Granada e Málaga, 1573 e 1599. [2^a ed. do vol. I, Madrid, 1953.]
- MASCARENHAS (D. Jerónimo de), Historia de la ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; Memorias de sus santos y preladados, y elogios de sus capitanes generales, escrita em 1684 e publ. por Afonso de Dornelas, Lisboa, Academia das Ciências, 1918.
- MENDONÇA (Jerónimo de), *Jornada de África*, 4^a ed. com prólogo de G. Pereira, 2 vols., Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904.
- MENESES (D. Fernando de), Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina, Lisboa, Officina Ferreiriana, 1732.
- NASIRI, AL-, (Abu al-'Abbas Ahmad ben Halid), *Al-Istiqa li-Ahbar Duwal al-Magrib al-Aqsa*, 9 vols., Casablanca, Dar al-Kitab, 1954-1956. [Trad. francesa do tomo IV, *Les Mérinides* por Ismael Hamet, in *Archives Marocaines*, tomo XXXIII (1934).]
- PAIVA MANSO (Visconde de), Historia Ecclesiastica Ultramarina I – Africa Setentrional, bispados de Ceuta, Tanger, Safim e Marrocos, Lisboa, 1872.
- PINA (Rui de), *Crónicas*, introd. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977.
- PISANO (Mateus de), *Livro da Guerra de Ceuta*, trad. por Roberto Correia Pinto, Lisboa, Academia das Ciências, 1915
- RICARD (Robert), *Un document portugais sur la place de Mazagan au début du XVII^e siècle*, trad. franc. com introd. e coment. por-, Paris, Paul Geuthner, 1932. [O texto original de D. Jorge de Mascarenhas, *Discripção da fortaleza de Mazagão*, foi publ. por Belisário Pimenta in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. X (1916).]

- RODRIGUES (Bernardo), *Anais de Arzila*, ed. por David Lopes, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1915-1919.
- SALAS (Javier de), «Dos cartas sobre la expedición a Ceuta em 1415», in *O Instituto*, vol. 81 (1931), pp. 317-338.
- SALDANHA (António de), *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, *Chronique d'Al-Mansour, sultan du Maroc*, estudo crítico, int. e notas por António Dias Farinha e trad. francesa por Léon Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- Sources inédites de l'Histoire du Maroc (Les)*, 1ª série, *France*, por Henry de Castries, 3 vols. e 1 fasc.; *Pays-Bas* por Henry de Castries, 6 vols.; *Angleterre*, por Henry de Castries, Pierre de Cenival e Philippe de Cossé Brissac, 3 vols.; *Portugal* por Pierre de Cenival, David Lopes, Robert Ricard e Chantal de La Véronne, 5 vols. em 6 tomos, [1934-1953]; *Espagne* por Henry de Castries, Robert Ricard e Chantal de La Véronne, 3 vols., Paris, 1905-1961.
- SOUSA (Fr. João de), Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.
- SOUSA (Fr. Luís de), *Anais de D. João III*, 2ª ed., com prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-1954. [Cf. *Les Portugais et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des Annales de Jean III*], tradução francesa com introdução e comentário por Robert Ricard, Lisboa, 1940. O índice alfabético desta obra, que constitui um fascículo autónomo, foi publicado em Coimbra, 1941.]
- TORRES (Diego de), *Relacion del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, ed. Mercedes Garcia-Arenal, Madrid, 1980.
- Tratado da vida e martirio dos Cinco Mártires de Marrocos*, texto arcaico reimpresso de harmonia com o único exemplar conhecido, com introd., notas e índice de António Gomes da Rocha Madahil, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- VALLVÉ BERMEJO (Joaquín), «Descripción de Ceuta musulmana en el siglo XV», in *Al-Andalus*, vol. XXVII (1962), pp. 398-442. [Tradução do texto de al-Ansari *Ihtisar al-Abbar*; já traduzido por Joaquim Figanier in «Descrição de Ceuta muçulmana no século XV», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, vol. 13 (1947), pp. 10-52.]
- ZURARA (Gomes Eanes de), *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*, publ. por F. M. Esteves Pereira, Lisboa, 1915.

- «Chronica do conde Dom Pedro de Menezes», in *Collecção de livros inéditos de Historia Portugueza*, tomo II, Lisboa, Academia das Ciências, 1792, pp. 205-635.
- *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry King, Lisboa, Universidade Nova, 1978.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE (Mário de), O Significado das Navegações e outros Ensaios, Lisboa, 1930.
- BAEZA HERRAZTI (Alberto), *El Aleo, bastón de mando de los comandantes generales de Ceuta*, nº 1 de «Monografias do grupo Aleo», Ceuta, 1987.
- BATAILLON (Marcel), «Le rêve de la conquête de Fes et le sentiment impérial portugais au XVI^e siècle», in *Mélanges d'Études Luso-Marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945, pp. 31-39.
- BENCHEKROUN (Mohamed B. A.), La vie intellectuelle marocaine sous les Mérinides et les Wattâsides (XIII^e, XIV^e, XV^e, XVI^e siècles), Rabat, 1974.
- BERQUE (Jacques), L'intérieur du Maghreb XV^e – XIX^e siècle, Paris, Gallimard, 1978.
- BÉRTHIER (Paul), Un épisode de l'histoire de la canne à sucre. Les anciennes sucreries du Maroc et leurs réseaux hydrauliques. Étude archéologique et d'histoire économique, 2 vols., Rabat, 1966.
- BOUCHARB (AHMED), *Dukkala wa-Isti'mar al-Burtugali*, Casablanca, 1984.
- BRIGNON (Jean), AMINE (Abdelaziz), BOUTALEB (Brahim), MARTINET (Guy) e ROSENBERGER (Bernard), *Histoire du Maroc*, com a colaboração de Michel Terrasse, Paris, Hatier – Casablanca, Librairie Nationale, 1967.
- CASTILHO (Alexandre Magno de), Descrição e roteiro da costa ocidental de Africa desde o cabo de Espartel até o das Agulhas, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.
- CHOURAQUI (André), *Les Juifs d'Afrique du Nord*, Paris, P.U.F., 1952.
- COELHO (António Borges), *Raízes da Expansão Portuguesa*, 5^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1985 (1^a ed., 1964).
- CORTE-REAL (Manuel Henrique), *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1967.
- COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa. (Do início do reinado de D. Duarte até à

- morte do Infante Santo), sep. De *Itinerarium*, 5 (1959), pp. 419-568, Braga, Ed. Franciscana, 1960.
- COSTA (D. Francisco da), *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, introd. e notas de Domingos Mauricio Gomes dos Santos, S. J., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956.
- CRUZ (Maria Augusta de Abreu Lima), *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Lisboa, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras, 1967 (dactilog.).
- DAWUD (Muhammad), *Ta'rikh Titwan*, 10 vols., Rabat, Faculdade de Letras – Tetuão, Instituto Mawlay al-Hasan, 1959-1979.
- DEVERDUN (Gaston), *Marrakech des origines a 1912*, 2 vols., Rabat, 1959-1966.
- DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), *Les bulles pontificales et l'Expansion portugaise au XV^e siècle*, sep. da *Revue d'histoire ecclésiastique*, tomo XLVIII (1953), tomo XLIX (1954), tomo LI (1956), e tomo LIII (1958).
- Une lettre inédite du roi Jean II au pape Innocent VIII sur l'affaire de Graciosa, sep. De *Studia*, n° 1 (1958), pp. 90-100.
- DIFFIE (Bailey W.) e WINIUS (George D.), *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*, Minneapolis, 1977.
- ESAGUY (José de), *A vida do Infante Santo*, Lisboa, Edições Europa, 1936.
- FARINHA (António Dias), *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, 1970, sep. de *Studia*, nos 26 e 27 (1969).
- FIGANIER (Joaquim), *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.
- FONSECA (Luís Adão da), *Navegación y curso en et Mediterráneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978.
- FREIRE (Anselmo Braamcamp), *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, Livraria Ferin. 1915.
- GARCIA FIGUERAS (Tomás), e JOULIA SAINT-CYR (Carlos Rodriguez), *Larache. Datos para su historia en el siglo XVII*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973.
- GAUTIER (E.-F.), *Le passé de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs*, nova ed., Paris, Payot, 1964.
- GODINHO (Vitorino Magalhães), *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª ed., 4 vols., Lisboa, Presença, 1981-1983. [Ed. franc. sob o título

- L'Économie de l'empire portugais aux XV^e et XVI^e siècles*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1969.]
- A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, Lisboa, Sá da Costa, 1962.
 - *O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro*, S. Paulo, colecção da Revista de História, 1956.
- GOZALBES BUSTO (Guillermo), *Estudios sobre Marruecos en la Edad Media*, Granada, 1989.
- GUEVARA (Adolfo L.), *Arcila durante la ocupación portuguesa*, Tânger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Arabe, 1940.
- HAJJI (Mohamed), *L'activité intellectuelle au Maroc à l'époque sa'dide*, 2 vols., Rabat, 1976-1977.
- HARAKAT (Ibrahim), *Al-Magrib 'abra al-ta'rih*, vol. II, Casablanca, 1984.
- JORDÃO (Levy Maria), *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, 1858.
- JULIEN (Ch.-André), *Histoire de l'Afrique du Nord. Tunisie – Algérie – Maroc*, vol. I, Des origines à la conquête arabe (647 ap. J. C.), 2^a ed. rev. por Ch. Courtois; vol. II, De la conquête arabe à 1830, 2^a ed. rev. por R. Le Tourneau, Paris, Payot, 1956.
- KABLY (Mohamed), *Société, pouvoir, et Religion au Maroc à la fin du «Moyen-Âge» (XIV^e – XV^e siècle)*, Paris, Editions Maisonneuve et Larose, 1986.
- LA VÉRONNE (Chantal de), *Tanger sous l'occupation anglaise d'après une description anonyme de 1674*, Paris, Paul Geuthner, 1972.
- LADERO QUESADA (Miguel Angel), «Castilla, Gibraltar y Berbería (1252-1516)», in *Actas do Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, tomo II, Madrid, 1988, pp. 27-62.
- LAROUI (Abdallah), *L'Histoire du Maghreb. Un essai de synthèse*, Paris, Maspero, 1970.
- LE TOURNEAU (Roger), *Fès avant le Protectorat. Étude économique et sociale d'une ville de l'Occident musulman*. Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, tomo XLV, Casablanca, 1949. [Tese de doutoramento apresentada na Sorbonne.]
- LÉVI-PROVENÇAL (E.), *Les Historiens des Chorfa. Essai sur la littérature historique et biographique au Maroc du XVI^e au XX^e siècle*, Paris, Émile Larose, 1922. [Análise da historiografia árabe de Marrocos. A Primeira Parte trata

da concepção de História nos escritores marroquinos; a Segunda Parte estuda os diferentes Autores e respectivas obras.]

LIMA (Durval Pires de), *História da dominação portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Lisboa, 1930.

LOBATO (Alexandre), *Ainda em torno da conquista de Ceuta*, sep. de Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 5 (1984-1985), pp. 21-28.

LOPES (David), *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989. [A edição original foi publicada in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, pp. 131-210.]

– *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Lisboa, Academia das Ciências, 1924.

– *Textos em aljamia portuguesa. Documentos para a história do domínio português em Safim*, 2ª ed., Lisboa, 1940. [1ª ed., 1897].

LÓPEZ (Atanasio), *Obispos en el Africa Septentrional desde et siglo XIII*, 2ª ed. aumentada, Tánger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Arabe, 1941.

MARTINS (J. P. Oliveira), *Os Filhos de D. João I*, 7ª ed. Lisboa, ed. S.I.T., 1947.

– *História de Portugal*, ed. crítica com introd. por Isabel de Faria e Albuquerque e prefácio por Martim de Albuquerque, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. MASSIGNON (Louis), *Le Maroc dans les premières années du XVI^e siècle. Tableau géographique d'après Léon l'Africain*, Argel, Adolphe Jourdan, 1906.

Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival, Lisboa, 1945.

MICHAUX-BELLAIRE (E.), *Le Gharb*, vol. XX de *Archives Marocaines* (1913). [Reimpressão Neudeln/Liechtenstein, Kraus Reprint, 1980.]

OSÓRIO (Baltasar), *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*, Lisboa, Academia das Ciências, 1933.

PERES (Damião), *Conquista de Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, 1951.

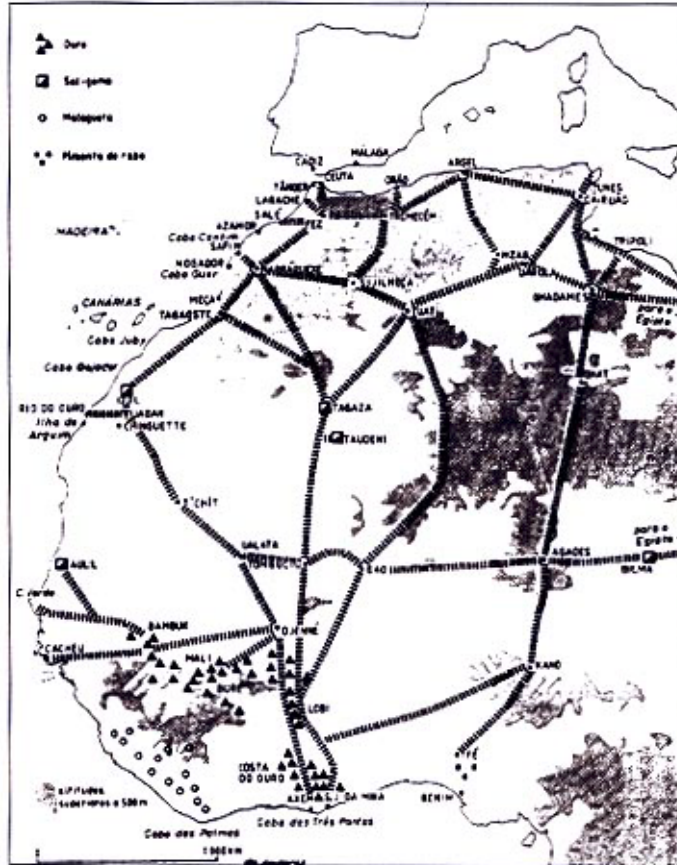
PEREZ EMBID (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castelhana-portuguesa hasta el Tratado de Tordesilhas*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1948.

POSAC MON (Carlos), *La última década lusitana de Ceuta*, Ceuta, Publicaciones del Instituto Nacional de Enseñanza Media, 1967.

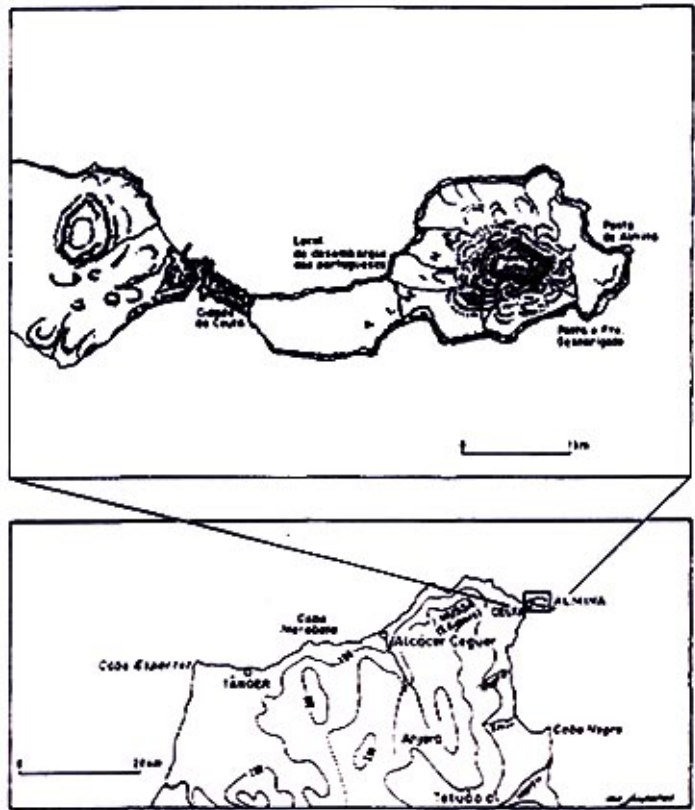
- RICARD (Robert), *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1955. [O Índice analítico, elaborado por Simone Lamotte, foi publ. no *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, nos 63-70 (1971-1973), pp. 35-96.]
- ROSENBERGER (Bernard), *Le Portugal et l'Islam maghrébin (XV^e XVI^e siècles)*, sep. De *Histoire du Portugal Histoire Européenne*, Actas do Colóquio de Paris, 22./23 de Maio de 1986, Paris, Centro Cultural Português, 1987, pp. 59-83.
- RUMEU DE ARMAS (António), *España en el Africa atlántica*, 2 vols., Madrid, C.S.I.C., 1956-1957.
- SAMPAYO (Luís Teixeira de), *Estudos Históricos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984. [1^a edição, 1923.]
- SANTOS (Domingos Maurício Gomes dos), *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- *A última carta do Infante Santo e a falência do seu resgate*, sep. dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. VII (1956).
- SÉRGIO (António), «A conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)», in *Ensaio*, edição crítica, tomo I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971, pp. 253-273 (1^a edição, 1919).
- SOARES (Torquato de Sousa), «Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa», in *Revista Portuguesa de História*, tomo X (1962), pp. 509-554. SZYMANSKI (Edward), *Étude sur la formation des États Maghrébins*, Varsóvia, Polska Akademia Nauk, 1978.
- TERRASSE (Henri), *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français*, 2 vols, Casablanca, Éd. Atlantides, 1949-1950.
- VERNET GINÉS (Juan), *Historia de Marruecos*, Tetuão, 1957.
- YAHYA (Dahiru), *Morocco in the sixteenth century: Problems and Patterns in African Foreign Policy*, Harlow, Longman, 1981.

ÍNDICE

	Pág.
I. O Interesse Pelo Norte de África	3
II. Características da Presença Portuguesa em Marrocos	30
III. O Declínio da Política Africana: De Alcácer Quibir ao Abandono de Mazagão	55



A África do noroeste no século xv: pistas das caravanas e vias comerciais



Ceuta: a cidade e a Almina



A cidade de Ceuta vista da ponta de Almina



Couça da fortaleza de Alcácer Ceguer, situada no estreito de Gibraltar no local mais próximo da Península Ibérica



Interior da Fortaleza de Alcácer Ceguer



Muralha de Arzila. No mar ficava o recife que protegia o porto



Muralha e torreão de Arzila no noroeste de Marrocos



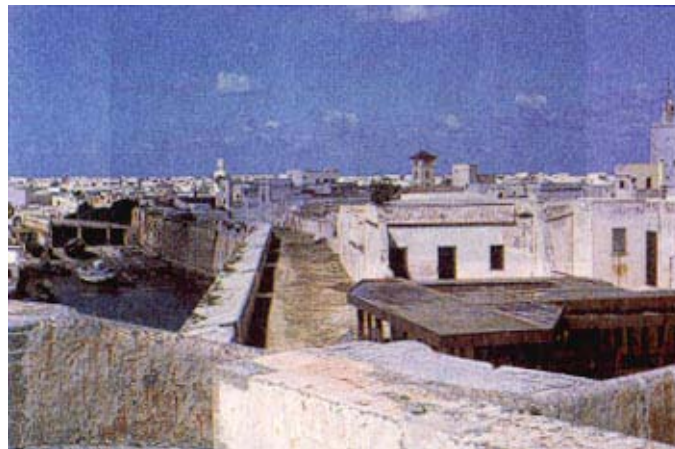
O estuário do Lucos junto a Larache.
Para Filipe II, este porto valia por toda a África



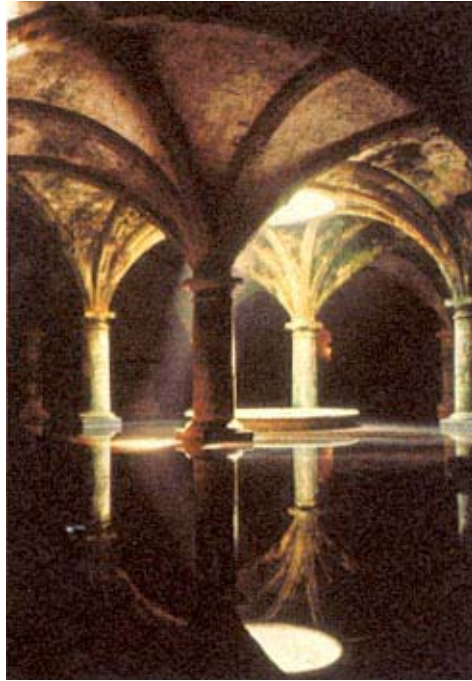
O rio Morbeia (Umm al-Rabî) junto de Azamor



A cidade de Safim vista de um hotel. Ao fundo o Castelo do Mar (Dâr al-Bahr), centro do poder português



Muralhas e Bastião de Mazagão. A cava, ou o fosso, cercva a praça



A famosa cisterna de Mazagão, uma das mais belas de todo o espaço português da Expansão